



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Ângela Martins Alves

**MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE**  
CONSTITUIÇÃO E PROCESSO

Relatório de Estágio do Mestrado em Património Cultural e Museologia  
orientado pelo Professor Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes,  
apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e  
Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Junho de 2023

# FACULDADE DE LETRAS

## MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE CONSTITUIÇÃO E PROCESSO

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>Museu Nacional Resistência e Liberdade – Constituição e Processo</b>
<b>Subtítulo</b>	
<b>Autor/a</b>	<b>Ângela Martins Alves</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutor António Manuel Antunes Rafael Amaro</b>
	<b>2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Património Cultural e Museologia</b>
<b>Área científica</b>	
<b>Especialidade/Ramo</b>	Museologia
<b>Data da defesa</b>	<b>26-07-2023</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>17 valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>17 valores</b>

## ÍNDICE

Agradecimentos

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

Resumo

Abstract

**INTRODUÇÃO** 5

**CAPÍTULO 1. ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E PROCESSO DO MUSEU – LINHA DO TEMPO** 8

1.1. Da Fortaleza de Peniche à Cadeia do Forte de Peniche 8

1.2. 1974 - A libertação dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche 25

1.3. 2019 – A musealização de espaços: a exposição “Por Teu Livre Pensamento” e Memorial aos antigos presos políticos 31

**CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE ESTÁGIO** 35

2.1. Objetivos 35

2.2. Atividades desenvolvidas 36

**CAPÍTULO 3. COLEÇÃO MUSEOLÓGICA – INCORPORAÇÃO E INVENTÁRIO** 43

3.1. Política de incorporações de bens museológicos - modalidades de incorporação 43

3.2. A constituição do acervo do Museu. Cedências em regime de depósito e/ou doação. Análise dos valores cultural, histórico, social dos bens culturais 45

3.3. Inventariação – procedimento 62

**CONCLUSÃO E PROPOSTA PARA O FUTURO** 69

**BIBLIOGRAFIA / FONTES CONSULTADAS** 81

**ANEXOS** 92

Linha do tempo 93

Ficha de inventário 94

Índice de ilustrações/figuras 96

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço ao meu orientador de estágio, Doutor João Paulo Avelãs Nunes, pelo apoio e acompanhamento deste relatório de estágio.

À Doutora Aida Rechená, diretora do Museu Nacional Resistência e Liberdade que ao longo dos seis meses de estágio, me ajudou a crescer a nível profissional e depositou em mim confiança para a realização de todas as tarefas propostas. Agradeço-lhe do fundo do coração.

Aos técnicos do Museu Nacional Resistência e Liberdade e da Direção-Geral do Património Cultural pelo conhecimento partilhado, pelos dias de trabalho, pela forma amigável com que me receberam e pela disponibilidade.

À minha família por todo o apoio e por fazerem parte da minha vida e ao Alexandre. Obrigada.

Um agradecimento especial à amiga pelo encorajamento e por sempre ter acreditado em mim. Aida Rechená, obrigada.

E, por último, a Peniche e a todas as pessoas que me acolheram nesta cidade, oferecendo-me, com mais uma mudança de vida, uma segunda casa.

### **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

AR – Assembleia da República

AHO – Association of Holocaust Organizations

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARQ DGRSP – Arquivo da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

CDM - Centro de Documentação e Memória do MNRL.

CEMP - Comité Executivo do Museu de Peniche

CHIN – Canadian Heritage Information Network

CICAM - Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica

CIDOC – ICOMs International Committee for Documentation

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

CMP – Câmara Municipal de Peniche

DGS – Direcção-Geral de Segurança

GNR – Guarda Nacional Republicana

ICOM - International Council of Museums

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação

IHRA - International Holocaust Remembrance Alliance

MDA - Museum Documentation Association

MNRL – Museu Nacional Resistência e Liberdade

NAM – Movimento Cívico Não Apaguem a Memória

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses

#### **Observação importante**

Esta dissertação está escrita ao abrigo do acordo ortográfico. No entanto, nas citações respeita a opção tomada pelos diferentes autores.

## Resumo

### Museu Nacional Resistência e Liberdade – Constituição e processo

O estágio curricular e o presente relatório pretendem contribuir para o estudo e a evolução do Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL), situado naquela que é o ex-libris de Peniche: a Fortaleza de São Francisco ou Fortaleza de Peniche. É com esta designação que é conhecido o sistema defensivo mandado edificar por D. João III<sup>1</sup> em 1557 e concluído em 1645 por D. João V, que o considerou a “principal chave do reino pela parte marítima” e que foi utilizado de formas diversas em função das necessidades e as vicissitudes históricas de cada época.

Neste relatório de estágio procurou-se analisar e sistematizar algumas fases do processo de conceção da exposição de longa duração e as linhas programáticas de atuação do museu, que condicionaram as funções de investigação, preservação e comunicação museológicas desenvolvidas a partir de objetos e testemunhos respeitantes às memórias e experiências de vida daqueles e daquelas que lutaram pela Liberdade e pela Democracia durante a ditadura.

O nosso estudo e o envolvimento na vida do museu, conduziu-nos a propor e a conceber uma exposição virtual sobre o processo e a constituição do museu, onde se apresentam os momentos mais significativos desde abril de 1974, optando por uma apresentação dos conteúdos numa linha cronológica multimédia.

Decidimos ampliar a pesquisa sobre a temática do museu - a memória nacional relativa à Resistência ao Regime Fascista Português – a alguns museus e memoriais nacionais e estrangeiros, com o objetivo de evidenciar o exercício da função social dos museus na sociedade contemporânea. Todos estes processos museológicos analisados constituem-se como instrumentos de informação, educação e mobilização ao serviço do desenvolvimento de sujeitos críticos e mais conscientes socialmente, contribuem para a superação do racismo e das desigualdades, da discriminação e intolerância, para uma cultura de paz e de defesa dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Museologia | Resistência | Memória | Fortaleza de Peniche | Museu Nacional Resistência e Liberdade

---

<sup>1</sup> D. João III, 1521-1557, O Piedoso.

## Abstract

### **The National Museum of Resistance and Freedom (MNRL) – Constitution and process**

The curricular internship and the present report aim to contribute to the study and evolution of the National Museum of Resistance and Freedom (MNRL), located in the ex-libris of Peniche: the Fortress of São Francisco or Fortress of Peniche. This is the name given to the defensive system built by D. João III in 1557 and completed in 1645 by D. João V, who considered it the "main kingdom key on the maritime side", used in different ways according to the needs and the historical vicissitudes of each period.

In this internship report we have tried to analyze and systematize some phases of the process of designing the long-term exhibition and the museum's programmatic lines of action, which conditioned the functions of museological research, preservation and communication developed from objects and testimonies relating to the memories and life experiences of those who fought for Freedom and Democracy during the dictatorship.

Our study and involvement in the life of the museum led us to propose and design a virtual exhibition on the process and constitution of the museum, presenting the most significant moments since April 1974, opting for a presentation of the contents in a multimedia timeline.

We decided to extend the research on the museum theme - the national memory concerning the Resistance to the Portuguese Fascist Regime - to some national and foreign museums and memorials, in order to highlight the exercise of the museums' social function in contemporary society. All the museological processes analyzed, constitute themselves as instruments of information, education and mobilization at the service of the development of critical and more socially conscious subjects, contributing to the overcoming of racism, inequalities, discrimination and intolerance, for a culture of peace and the defense of human rights.

**Keywords:** Museology | Resistance | Memory | Peniche Fortress | The National Museum of Resistance and Freedom

## INTRODUÇÃO

O presente relatório surge como resultado de uma investigação desenvolvida no contexto do estágio curricular, acolhido pelo Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL) – Direção-Geral do Património Cultural, com o objetivo principal de recolha e estudo da documentação relacionada com o processo e a constituição do museu. Os documentos foram recolhidos em arquivos de várias instituições, como a Câmara Municipal de Peniche (CMP), arquivos on-line, jornais locais como a “A Voz do Mar” e no acervo arquivístico do Museu integrado no Centro de Documentação e Memória (CDM).

Além da pesquisa e organização da documentação, realizou-se a análise da contextualização social, económica, política e museológica tendo como resultado a proposta da já mencionada exposição virtual. Ou seja, procurou-se reunir informação sobre o processo e a constituição de um Museu na Fortaleza de Peniche, com o intuito de perceber os acontecimentos, os atos formais, os movimentos sociais associados, que determinaram a criação do 15º Museu Nacional de Portugal a 6 de maio de 2017.

A par de todo o procedimento de investigação realizada segundo diretrizes cronológicas, de 25 de abril de 1974 a 25 de abril de 2019, foi realizada também, investigação na área da incorporação e inventariação de bens culturais, segundo as diretrizes das normas de inventário utilizadas nos Museus Nacionais. Ou seja, procurou-se reunir informação sobre as peças do acervo do Museu, fruto de uma intensa campanha de doações promovida pelo MNRL.

Uma vez que todo o trabalho se centra na constituição e processo do MNRL, optamos por materializar o resultado da investigação, na criação e disponibilização *on-line*, de uma linha do tempo, que é essencialmente uma exposição virtual a estar patente no museu e a ser disponibilizada em escolas e instituições do nosso país.

No primeiro capítulo apresentamos a linha do tempo com os momentos fundamentais que conduziram à constituição do MNRL.

O segundo capítulo é dedicado à caracterização e reflexão sobre o processo de estágio.

No terceiro capítulo debruçamo-nos sobre uma reflexão teórica sobre a museologia e o processo de transformação dos resultados da investigação científica em conteúdo expositivo.

A caracterização da coleção do museu, com enfoque na política de incorporação e no inventário, constitui o conteúdo do quarto capítulo.

Terminamos este relatório de estágio com o capítulo quinto com uma proposta para o futuro do MNRL.

A encerrar este relatório e em anexos, são incluídos uma imagem para a exposição *“Linha do Tempo do Museu Nacional Resistência e Liberdade | constituição e processo”* (Figura 30) e um exemplo de ficha de inventário (Figura 31,

, *Figura 33*,

Figura 32. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.2.

e *Figura 33*. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.3.

).

## **CAPÍTULO 1. ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E PROCESSO DO MUSEU – LINHA DO TEMPO**

No primeiro capítulo apresentamos a linha do tempo com os momentos fundamentais que conduziram à criação do MNRL. Estando instalado num Monumento Nacional – a Fortaleza de Peniche – com uma carga histórica e patrimonial muito significativa e representativa para a cidade de Peniche e para o país, exploramos as diversas “camadas” históricas e temporais deste espaço até ao momento presente.

### **1.1. Da Fortaleza de Peniche à Cadeia do Forte de Peniche**

O primeiro sistema defensivo da região de Peniche situa-se na localidade de Atougua da Baleia e a sua edificação é, segundo Oliveira (2020), anterior ao ano de 1167<sup>2</sup>, uma vez que está referenciado no primeiro foral outorgado à localidade por D. Afonso Henriques.

O Castelo da Atougua permitia a defesa da região circundante e em especial do porto de mar, cuja principal atividade piscatória se centra na pesca da baleia, uma importante fonte de rendimento tributário para a coroa, que detinha o seu monopólio. Este porto, segundo Dias & Bastos (2017) era «complementado por dois postos avançados, as ilhas do Baleal, pequena e vocacionada para a pesca da baleia, e de Peniche, muito maior e que, portanto, permitia maior diversificação de atividades (...)»<sup>3</sup>. No final de Quatrocentos a Vila de Atougua da Baleia e o Porto perdem importância e vida própria devido ao progressivo assoreamento junto à barra do rio de São Domingos, de que resultam dificuldades para o comércio naval e consequentemente seu encerramento.

O cordão dunário, como nos diz Calado (1983) foi-se «consolidando e alargando até conseguir estabelecer, mais tarde, a ligação definitiva da ilha de Peniche ao continente», num fenómeno que se inicia no século XV e se consolida em definitivo no século XVI. O encerramento do porto e a perda de importância de Atougua da Baleia conjugadas com a posição geográfica privilegiada e a progressiva transformação da ilha de Peniche em istmo,

---

<sup>2</sup> (Oliveira, 2020, p. 3)

<sup>3</sup> (Dias & Bastos, 2017, p. 74)

vão originar um aumento demográfico e económico, ocorrendo o desenvolvimento urbano de Peniche de Cima e da Ribeira.

Do ponto de vista político-militar, o istmo de Peniche constituía agora um ponto estratégico de acesso ao Reino de Portugal, designadamente a Lisboa, Torres Vedras, Santarém, Leiria e Óbidos. Por se verificarem ataques recorrentes de corsários e piratas franceses, torna-se premente a defesa deste território, que foi requerida pelo Conde de Atouguia, D. Afonso de Ataíde, junto do rei D. João III, em carta<sup>4</sup> de 15 de julho de 1544, onde refere a necessidade de defesa do lugar e porto da Ribeira (Peniche-de-baixo) e da construção de um castelo.

É neste contexto que, em 1577, o rei D. João III ordena a D. Luís de Ataíde, 3.º Conde de Atouguia, que se iniciem os trabalhos de construção da Fortaleza de Peniche ou Fortaleza de São Francisco (como é menos conhecida), uma empreitada que envolveu arquitetos de renome nacional e internacional, norteados por uma visão de defesa conjunta do sítio de Peniche e do Reino de Portugal, com o propósito de defesa de Lisboa.

Os trabalhos iniciam com a construção do Fortim ou Baluarte Redondo no sítio do Alto da Vela em 1557<sup>5</sup> e até 1558 e são atribuídos ao Eng.º Militar Diogo Teles, que é influenciado pelos fortes do sul de Inglaterra e pelos princípios humanistas teorizados por Albrecht Dürer<sup>6</sup>. Enquanto decorrem estes trabalhos, verifica-se também a construção da muralha a nordeste e noroeste do Fortim, sendo concluída em 1567.

Cinco anos depois, o mestre-de-obras Gonçalo de Torralva, assume a responsabilidade do início dos trabalhos da fortaleza<sup>7</sup>.

A partir de 1589 a obra de construção foi entregue a Filippo Terzi<sup>8</sup> (1520-1597) que, em Roma no ano de 1576, tinha sido aliciado pelo embaixador de Portugal, João Gomes da Silva, para servir D. Sebastião e a Corte de Portugal. Terzi esteve ao serviço de Portugal a partir de 1577<sup>9</sup> tornando-se Arquiteto-mor do Reino em 1589. A este arquiteto é atribuída a responsabilidade de consolidar o Fortim e as muralhas e estudar possíveis melhoramentos, tendo possivelmente presenciado, a 26 de maio do mesmo ano, o desembarque do exército

<sup>4</sup> (ATAÍDE e D. JOÃO III, 15 de julho de 1544, AHM, 3ª div., 9ª sec., proc. A 1, fl. 13)

<sup>5</sup> Conforme a inscrição que ainda hoje se conserva no pórtico da porta principal do Fortim Redondo, a data de 1557.

<sup>6</sup> (Dürer, 1527), primeira obra impressa sobre fortificação militar.

<sup>7</sup> (Direção-Geral do Património Cultural e Museu Nacional Resistência e Liberdade, 2020. Barra Cronológica da Fortaleza de Peniche, disponível em: <https://www.museunacionalresistenciae-liberdade-peniche.gov.pt/pt/fortaleza/> (consulta realizada em 12.04.2023))

<sup>8</sup> Filippo Terzi ou Filipe Tércio (existem dúvidas quanto ao seu verdadeiro nome) nasceu em Bolonha e foi um arquiteto e engenheiro responsável por diversas obras em Portugal nos finais do séc. XVI, entre as quais, o desenho de fortificações e edifícios públicos e religiosos.

<sup>9</sup> Para maior conhecimento deste assunto, aconselha-se consultar (RIBEIRO, 2016, p. 29)

luso-britânico sob o comando do Almirante Francis Drake, com o objetivo de tomar a Fortaleza e fazer vingar a causa de Dom António Prior do Crato.

Mais tarde, Filipe II dá continuidade aos trabalhos da Fortaleza e em 1605, ordena ao engenheiro Leonardo Turriano que visite Peniche e desenhe as obras necessárias. Quatro anos mais tarde, sendo já Peniche uma Vila e Sede de Concelho<sup>10</sup>, incumbe o engenheiro militar Luís Gabriel de orientar as obras para o abastecimento de água, estudar o traçado de uma ponte de entrada para a localidade e comandar as obras da Fortaleza<sup>11</sup>. No mapa histórico de Peniche de 1634, publicado por (Teixeira, 2002)<sup>12</sup>, observamos o casario, o porto da vila e



Figura 1. Mapa histórico de Peniche.  
Data: 1634. Autor: Pedro Teixeira.

sede de concelho, a Fortaleza que ainda não aparece representada e a formação do istmo que já é evidente.

Estando concluídos, o baluarte redondo, a sua torre e as muralhas adjacentes, é no pós-Restauração de Independência, que D. João IV ordena o reconhecimento da Fortaleza e também que sejam realizadas construções e melhoramentos no sistema defensivo da costa.

<sup>10</sup> Em 12 de novembro de 1609, Filipe II eleva Peniche a vila e sede de concelho.

<sup>11</sup> (DGPC e MNRL, [s.d.]), barra corológica da Fortaleza de Peniche, disponível em: <https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/fortaleza/> (consulta realizada em 12.04.2023).

<sup>12</sup> (Teixeira, 2002) o cosmógrafo Pedro Teixeira, em 1622 foi mandatado pelo rei Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal) para realizar um roteiro exaustivo das costas dos reinos de Espanha e Portugal.

O reconhecimento aconteceu em 31 de maio de 1642, pelo Concelho de Guerra instituído pelo próprio Rei, que assinalou a Fortaleza como «praça de tão grande importância e a principal chave do Reyno pela parte do mar». No ano de **1645, dá-se por finalizada a construção da Fortaleza de Peniche**<sup>13</sup> por D. Jerónimo de Ataíde, seguindo-se no ano de 1652 a visita de D. João IV a Peniche.

Erguida na encosta sul, edificada sobre as rochas, com uma altitude de cerca de 13 metros acima do nível do mar, abrange uma zona costeira com um comprimento leste-oeste de cerca de 2.750 metros e uma área de implantação de cerca de 30.000 metros quadrados. Tem uma planta poligonal complexa, com um baluarte e três meios baluartes voltados para terra encimados por guaritas circulares e um sistema de cortina, com fosso, com mais de 2.500 metros de comprimento.

Entre 1645-1671 têm lugar trabalhos de melhoramentos da costa para a proteção de toda a península, com a construção de três fortes: o de São João Batista, o da Consolação em meados de 1657 e o de Nossa Senhora da Luz, no ano seguinte. Mas, também, a construção da frente abaluartada e o pano amuralhado da praça militar, este último concluído em 1671<sup>14</sup>.

Até D. João IV, o governo e defesa das praças e castelos ficou sob alçada dos alcaides-mores, passando depois com a Restauração a serem governados por oficiais do Exército. Em 1698 é criado o Terço de Peniche mais tarde designado por Regimento de Infantaria de Peniche.

O atentado contra o rei D. José, a 3 de setembro de 1758, e o conseqüente processo que em quatro meses aniquilou a Casa dos Távoras, Atouguia e Aveiro e a Companhia de Jesus, levou a que, em janeiro de 1759 estando a Praça de Peniche a ser governada por Silvestre de Jesus Ribeiro<sup>15</sup>, as armas dos Ataídes existentes no Baluarte Redondo e na Porta de Armas da cidadela da Fortaleza de Peniche, fossem destruídas e fosse confiscado o próprio palácio da Fortaleza<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> como certifica a inscrição da porta principal da Fortaleza de Peniche.

<sup>14</sup> Segundo a inscrição patente no Baluarte ou Fortim Redondo da Fortaleza de Peniche.

<sup>15</sup> AHM PT/AHM/DIV/3/12/02/69, 1758). A Gazeta de Lisboa nº24 de 15 de Junho de 1758, publica a nomeação de oficiais militares feita por decreto de Sua Majestade de 31 de Maio de 1758: com a nomeação de Silvestre de Jesus Ribeiro para governador da Praça de Peniche com a graduação de brigadeiro de Infantaria.

<sup>16</sup> Rodrigues, (2010) faz um levantamento dos bens confiscados à casa da Atouguia, ver p. 47.

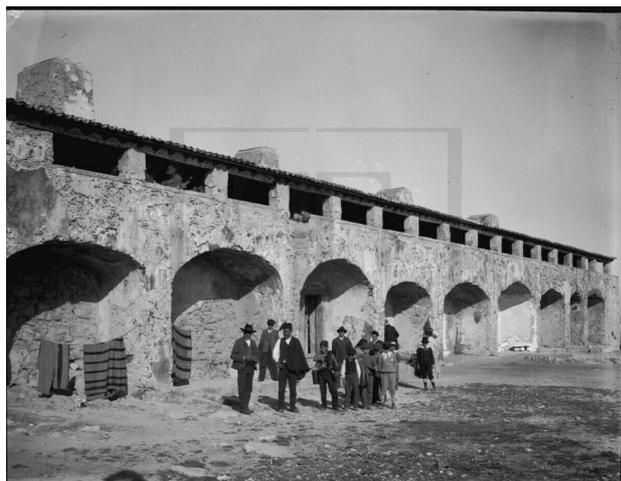


Figura 2. "ARCARIA E VARANDA COBERTA, NA CIDADELA". Data:1908-09.<sup>17</sup>

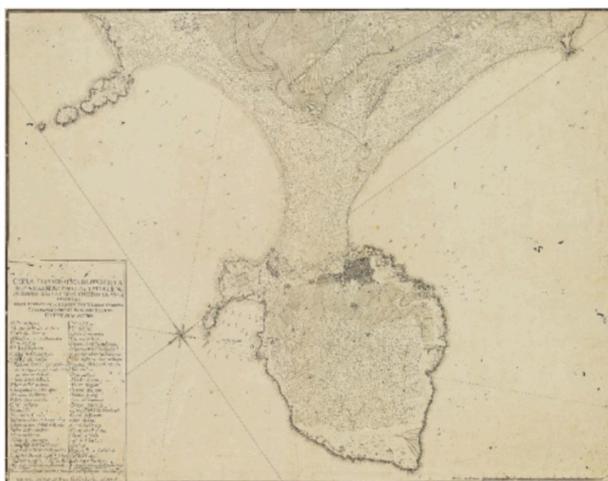


Figura 3. Carta Topográfica da Ilha de Peniche, em 1801

Através do relatório manuscrito<sup>18</sup> de um reconhecimento militar dos itinerários de Lisboa a Mafra, Torres Vedras, Ericeira e Peniche, podemos conhecer com detalhe a descrição da praça e vila de Peniche no ano de 1808.

A Fortaleza de Peniche acolheu as funções de **Depósito de Presos de Peniche ou Depósito da Praça de Peniche ou Depósito de Peniche e Hospital Militar**<sup>19</sup>, como comprova a documentação<sup>20</sup> que se encontra no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. Desta documentação destaca-se o seguinte: 159 folhas manuscritas, de 6 de janeiro a 6 de dezembro de 1811, com correspondência enviada por D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o marechal-de-campo Ricardo Blunt, com a informação sobre refugiados, ordens para os hospitais militares curarem os doentes, intendência, revoltas, prisioneiros de guerra franceses, obras das fortificações de Peniche, famílias, transferência do depósito de Peniche para Setúbal, presos e relação dos géneros remetidos da administração de Alcântara para Mafra.

<sup>17</sup> Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/008/00526. Dimensão e suporte: 1 doc. fotográfico (negativo, película, p/b, 9x12 cm). Âmbito e conteúdo: imagem integrada na reportagem "Um sanatório em Peniche". Cota atual: Empresa Pública do Jornal O Século, Joshua Benoliel, cx. 026, negativo 23. Unidades de descrição relacionadas: Ilustração Portuguesa. Lisboa: Empresa do Jornal O Século. N.º 135 (21/09/1908), p. [25]. Fonte: ANTT.

<sup>18</sup> (AHM PT/AHM/DIV/3/01/03/14, 1808) em conformidade com a descrição dos documentos.

<sup>19</sup> (AHM PT/AHM/DIV/3/16/01/04/163, 1815) como atesta a conta do Hospital Militar de Peniche referente ao ano de 1814 até Junho de 1815.

<sup>20</sup> (AHM PT/AHM/DIV/1/14/246/02, 1811) em conformidade com a descrição dos documentos.

Em 1812, há registo de ocupação de prédios devolutos em Peniche, por doentes do Hospital Militar de Peniche<sup>21</sup>. A partir de 1812, a praça de Peniche foi classificada como praça de 1ª classe, tendo por comandante um coronel.

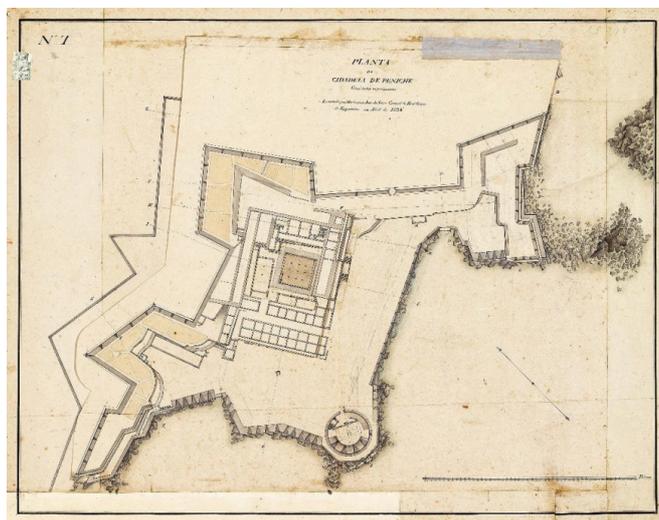


Figura 4. Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.

O **Depósito de Prisioneiros Emigrados de Peniche**<sup>22</sup> foi estabelecido em 1827 na Praça Militar de Peniche por ordem da infanta regente, Isabel Maria de Bragança, sob comando do coronel Bento Maria Lobo Pessanha, com o objetivo de manter a segurança interna do país<sup>23</sup>. As 137 folhas manuscritas<sup>24</sup> do AHM, de 13 de fevereiro de 1827 e de 28 de abril de 1828, contêm a correspondência entre várias entidades sobre os prisioneiros rebeldes realistas nos depósitos de Peniche, São João da Foz no Porto e Abrantes; as relações de prisioneiros que a bordo da nau S. Sebastião deviam marchar para Peniche; a relação de prisioneiros que tendo destino ainda permaneciam no Depósito de Peniche e o respetivo motivo; a relação de oficiais nomeados para o serviço no depósito de Peniche, e a relação de prisioneiros de Peniche com os respetivos postos de mar onde deviam ser conduzidos; amnistias, víveres, despesas, vencimentos e alimentação.

<sup>21</sup> (AHM PT/AHM/DIV/1/14/168/77, 1811) em conformidade com a descrição do documento.

<sup>22</sup> (AHM PT/AHM/DIV/1/19/258/78, 1827) documento com as relações de presos existentes no Depósito de Prisioneiros de Peniche, em 28 de setembro de 1827.

<sup>23</sup> (AHM PT/AHM/FG/5/108, 1827) em conformidade com a descrição dos documentos.

<sup>24</sup> (AHM PT/AHM/DIV/1/19/213/14, 1827) em conformidade com a descrição dos documentos.

A 19 de outubro de 1837 teve lugar a destruição de um dos ex-líbris da Praça Militar de Peniche, o Palácio do Governador, inserido no interior das muralhas, incendeia-se devido a uma explosão de pólvora num dos paíóis da Fortaleza e não volta a ser recuperado.

Pelo Decreto de 20 de Dezembro de 1849, que deu nova organização ao Exército, o Estado-Maior da Praça de Peniche foi definido da seguinte forma: 1 governador, 1 major, 1 ajudante de praça, 1 cirurgião-mor e 1 capelão em caso de necessidade.

O livro de matrícula do **Depósito de Emigrados Espanhóis de Peniche**<sup>25</sup> remete-nos para a sua instalação na fortaleza no ano de 1868, sendo constituído primeiramente por militares que haviam participado no Golpe Liberal de 2 de janeiro de 1866 e liderados pelo General Juan Prim.

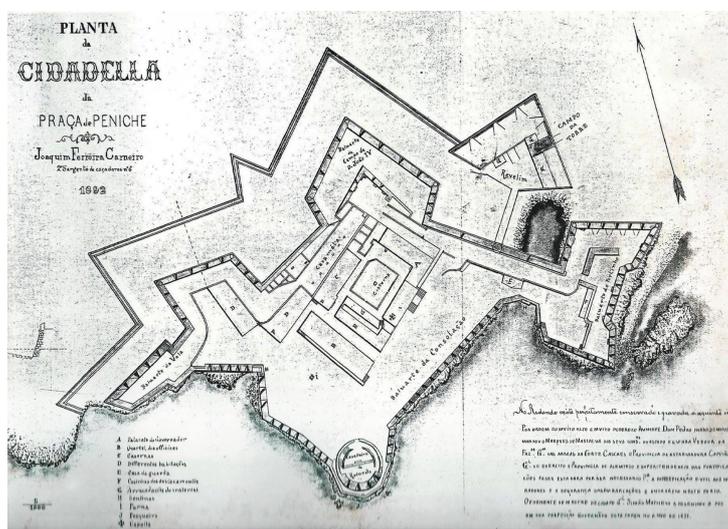


Figura 5. Planta da Cidadela de Peniche. Data:1892.<sup>26</sup>

Em 1893, no âmbito da fracassada revolta armada no Brasil contra o governo republicano de Floriano Peixoto, 148 emigrantes brasileiros fugidos do Brasil, ficaram em regime de internamento na Fortaleza de Peniche, de 2 de junho de 1894 até 1895, que assim se assume também como **Depósito de Emigrados Brasileiros**<sup>27</sup> e **Hospital**<sup>28</sup>. Salienta-se ainda a existência de emigrantes brasileiros que ocupam casas na vila de Peniche, havendo

<sup>25</sup> (AHM PT/AHM/DIV/3/17/02/13/200, 1883) em conformidade com a descrição dos documentos.

<sup>26</sup> Imagem publicada na rede social Facebook, grupo "Filhos de Peniche" por Rui Alexandre Ramos, no dia 3.02.2018, (Acedido em 12.04.2023).

<sup>27</sup> (*Depósito de Emigrados Brasileiros de Peniche.*, 1894)

<sup>28</sup> (*Processo de Altas Do Hospital Do Depósito de Emigrados Brasileiros de Peniche.*, 1894)

necessidade de realizar obras em casas destinadas a emigrados brasileiros, tal como é referido no Processo de correspondência recebida pelo governador da praça de Peniche<sup>29</sup>,

Em 1897, a Fortaleza de Peniche é desativada como fortificação militar, devido à evolução das técnicas de guerra que a tornam obsoleta.

Na viragem do século e na sequência da 2ª Guerra Anglo-Bóer (1899-1902), que decorria na região do Transval na África do Sul, um contingente de refugiados bóeres, incluindo 1260 adultos e 173 crianças, foram evacuados de Lourenço Marques para Lisboa entre março e abril de 1901. A então vila de Peniche acolheu 368 *bóeres* que ficaram internados na Fortaleza e noutros locais da povoação até 18 de julho de 1902.



Figura 6. 49 - Peniche - Vista d'uma pequena parte da fortaleza no sítio do arco através do qual passa o mar – Portugal. Data: 1905. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL.<sup>30</sup>

Durante a 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) um contingente de prisioneiros alemães e austro-húngaros estiveram aprisionados no **Depósito de Concentrados de Peniche**<sup>31</sup> ou

<sup>29</sup> (*Processo de Correspondência Recebida Pelo Governador Da Praça de Peniche.*, 1894)

<sup>30</sup> A data atribuída ao bilhete postal tem por base a informação do Livro (Peixoto, 2003), que o reproduz na secção de *Postais de Edição de Dias & Paramos - Caldas da Rainha*, com a seguinte legenda: 071 - BPI n.º 49, editado em 1905. Vista de uma pequena parte da Fortaleza. À esquerda a passagem do mar para a Prainha - Série Ilustração Portuguesa N.º 133, Editada em Lisboa a 21 de setembro de 1908. Na ficha de inventário n.º MNRL.06.2020.1 consta a seguinte descrição do bilhete postal: Bilhete postal ilustrado monocromático com vista de uma parte da Fortaleza de Peniche, à esquerda observa-se um arco através do qual passa o mar e as latrinas que o encimam. Observa-se outro arco no pano de muralha com uma janela do lado direito. No seguimento observa-mos uma casa com janelas (com possível chaminé) adossada ao pano de muralha, neste local fora construído nos anos 50, parte do Bloco "E" para albergue dos Guardas Prisionais da Fortaleza.

<sup>31</sup>(*Peniche - Internados Alemães; Falecimentos; Residentes.*, 1917)

**Depósito de Internados Inimigos de Peniche**<sup>32</sup>, entre 1917 e 1919. Eram ao todo aproximadamente 180 prisioneiros, maioritariamente tripulantes de navios apresados, como os vapores "Zieten Norddeutscher Lloyd", "Admiral Deutsch", "Kronprinz", "Hof", "Colmar", "Hochfeld", "Kronprinz", mas também 15 famílias, integrando 9 mulheres e 16 crianças. O conjunto de documentos do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, dá-nos uma ideia precisa do vai e vem de prisioneiros alemães que transferidos de Moçambique, são enviados para Peniche e para as Caldas da Rainha, e de lá para os Açores ou até para o estrangeiro. A detenção prolongou-se por quase um ano após a guerra ter terminado, aguardando as resoluções do Tratado de Versailles. Os concentrados de Peniche são finalmente libertados em novembro de 1919.<sup>33</sup>

A Fortaleza de Peniche foi utilizada nas mais diversificadas funções, pese embora, a sua ocupação se possa assumir com a primazia de Praça Militar até ao século XIX, como até aqui foi aludido. No século seguinte, a sua principal ocupação é a de Prisão Política do "Estado Novo", um regime ditatorial, autoritário, autocrata e corporativista que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição portuguesa de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

Depois do golpe militar do 28 de maio de 1926, foi instaurada em Portugal uma ditadura militar, que promoveu a dissolução do Parlamento, a entrada em vigor da censura prévia à imprensa, a perseguição das organizações sindicais, a proibição dos partidos políticos e a demissão das vereações municipais. Aprovada a constituição de 1933, documento que legitima o regime político de opressão designado de *Estado Novo*, regime totalitário liderado por António de Oliveira Salazar, entre 1932 e 1968, altura que lhe sucede Marcelo Caetano. O estadista inicia funções como Ministro das Finanças após o golpe militar, depois é Presidente do Ministério e após a aprovação da Constituição de 1933, assume o cargo de Presidente do Conselho. Segue o modelo das ditaduras fascistas de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália, apoia o General Francisco Franco no derrube da República espanhola na Guerra Civil

---

<sup>32</sup> (AHM PT/AHM/DIV/3/17/06/34/60, 1917) processo individual do súbdito alemão Johannes Rhode, colocado no "Depósito de Internados Inimigos de Peniche".

<sup>33</sup> A 23 de fevereiro de 1916, pressionado pelo governo britânico, Portugal abandona a neutralidade na Primeira Guerra Mundial, apresando 72 navios alemães e austríacos que se encontravam em Lisboa e noutros portos coloniais. Para além dos tripulantes e passageiros das embarcações, também os súbditos desses países em idade militar, residentes em Portugal e nas colónias, seriam confinados em campos de concentração criados para o efeito. São criados Depósitos de Concentrados ou de Internados em Angra do Heroísmo (Açores), Lourenço Marques (Maputo), Macequece, ambos em Moçambique, e em Peniche.

(1936-1939) e o eixo nazi-fascista até à sua dta militar durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

Após o golpe militar de 1926, a Fortaleza de Peniche torna-se mais uma vez num espaço de reclusão: uma prisão política sobretudo de resistentes republicanos, anarquistas e outros que lutam contra a Ditadura Militar, pese embora, no ano de 1928, as instalações tenham sido temporariamente cedidas para um **Sanatório** de doentes tuberculosos.



Figura 7. 46 – Vista duma parte da Fortaleza – Peniche. Data: 31 de maio de 1926. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL.<sup>34</sup>

A partir das Figura 2 e Figura 9, com perspetivas sobre o pavilhão prisional A, de 1908 e anos 30, respetivamente, da Figura 6 e Figura 19, com vistas sobre o arco através do qual passa o mar e o porto e barra de Peniche, de 1905 e anos 50, respetivamente, e por fim, da Figura 7 e Figura 18, com vistas sobre fortim redondo e pavilhões prisionais, dos anos de 1926 e 1947, respetivamente, entendemos que o edificado da Fortaleza não sofreu significativas alterações após a sua desativação como fortaleza militar, mantendo, assim, a maioria do seu edificado.

<sup>34</sup> Na ficha de inventário n.º MNRL.06.2020.2 consta a seguinte descrição do bilhete postal: Bilhete postal ilustrado monocromático com vista do lado nascente de uma parte da Fortaleza de Peniche, à esquerda observam-se construídos encima da rocha/mar o Fortim Redondo ou "Segredo" e o pano da muralha da Fortaleza. Do lado direito observam-se parte da Capela de Santa Bárbara, e no seguimento construtivo, duas casernas militares, local onde posteriormente nos anos 50 d.C. foram construídos os blocos prisionais A e B da então Cadeia do Forte de Peniche. Registo importante do edificado no ano de 1926, antes do início das obras em 1953.



Figura 8. Fortaleza, Prisão e Vila de Peniche. Data: anos 30.  
Fonte: DGPC – MNRL.



Figura 9. Prisão-Fortaleza. Data: anos 30. Fonte: ARQ.  
DGRSP.

A data em que terá entrado em funcionamento o **Comando Militar Especial de Peniche com Presídio Militar de Peniche** ou o **Depósito de Presos de Peniche**, em termos globais a **Cadeia do Forte de Peniche**, não é suficientemente clara. A historiadora Carmona (2020), debruça-se sobre o assunto no artigo “O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933”, apontando «o início do Comando Militar Especial e consequentemente do Presídio Militar de Peniche, para o ano de 1931»<sup>35</sup>, e justificando-o com «um ofício do então Diretor da Cadeia do Forte de Peniche, Afonso Neves»<sup>36</sup>. Neste contexto limitamo-nos a afirmar que: no ano de 1933, o Presídio Militar de Peniche estava em funcionamento. E para o efeito, recorreremos à Figura 10 e Figura 11, com vistas sobre o embarque de bagagens dos presos políticos, no porto de Peniche, conduzidas a bordo do vapor Cuanza<sup>37</sup>, com destino às prisões atlânticas e ao desterro colonial, datadas de 19 de novembro de 1933.

<sup>35</sup> (Carmona, 2020, p.2)

<sup>36</sup> (Carmona, 2020, p.2)

<sup>37</sup> leva de 143 presos políticos que, em 19 de novembro de 1933, embarcou no vapor Cuanza, fundeado a cerca de 500 metros da praia sul de Peniche, com destino à Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo.



Figura 10. O embarque da bagagem dos presos políticos, para ser conduzida para bordo do Cuanza, em Peniche. Data: 1933.11.19. Fonte: Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1369H. Fonte: ANTT.



Figura 11. Outro aspecto do embarque de bagagens dos presos políticos, em Peniche. Data: 1933.11.19. Fonte: Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1370H. Fonte: ANTT.

A prisão privativa da polícia política, PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - é oficialmente instalada na Fortaleza, em 1934, com a designação de Depósito de Presos de Peniche, sob a dependência direta desta

polícia política tutelada pelo Ministério do Interior e criada um ano antes, sendo atestada a relação de presos em 22 de novembro de 1934, no documento exibido na Figura 12.

Figura 12. Relação dos presos que entram na Fortaleza de Peniche. Data: 1934.11.22.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Fonte: Código de referência: PT/TT/MI-GM/4-54/245. Fonte: ANTT

Contudo, o documento simples “Reclusos no Forte de Peniche”<sup>39</sup> de 7 de julho de 1935, informa que continuavam “detidos” soldados no Forte de Peniche, entre os quais, os Sargentos, Francisco António Marques Alegria, António Bráz e Júlio Lopes dos Santos.

No que respeita ao quotidiano dos presos, no período de vigência do Depósito de Presos de Peniche, estavam confinados ao espaço da Fortaleza, em particular à zona entre as Baterias da Furna e o Baluarte do Alto da Vela e eram vigiados pela Guarda Nacional Republicana que, não exercendo uma repressão ainda muito evidente, permitia a sua circulação pela Fortaleza.

O quotidiano era gerido pelos próprios presos, com o desempenho de lides domésticas (como a lavagem da roupa, a confeção das refeições, a limpeza das casernas ou a retirada de água do respiradouro da furna como vemos na Figura 13) que eram obrigados a assumir e organizar, bem como, momentos de ócio como vemos na Figura 14 ou outras ocupações, como a criação de animais para fins alimentares ou a recriação de jogos tradicionais, mais também com tarefas mais eruditas e táticas, como a leitura que observamos na Figura 15, aulas de português, matemática e línguas na Figura 16. Clandestinamente, os presos dedicavam-se à preparação de planos de evasão e à produção de jornais, tendo o “INTER-CASERNA” da Figura 17, iniciado em dezembro de 1934.

---

<sup>39</sup> (*Reclusos No Forte de Peniche*, 1935)



Figura 13. Prisioneiros retiram água do respiradouro da furna, localizado no pátio cerca do Fortim Redondo ou Segredo. Data: 1935. Autor: Cansado Gonçalves.



Figura 14. As antigas camaratas (celas coletivas). Data: anos 30/40. Fonte: GES-PCP.



Figura 15. Momento de leitura. Data: ano 1935. Autor: Cansado Gonçalves. Fonte: Col. CMP.



Figura 16. Aula lecionada por e para presos políticos. Data: anos 30. Autor desconhecido. Fonte: Col. CMP.



Figura 17. INTER-CASERNA – ÓRGÃO DE CASERNA DOS PRESOS COMUNISTAS DE PENICHE. ANO 1, Nº1. Dezembro de 1935. Fonte: Código de referência: PT/PCP/JORCLA/00008/00001. Fonte: ANTT.

No outro lado, extramuros da Fortaleza, estavam os familiares e amigos que podiam visitá-los dentro de normas estabelecidas que, se de algum modo fossem desrespeitadas, estava-lhes reservada a reclusão em celas de isolamento como castigo.

Para um melhor entendimento sobre o assunto aconselha-se a leitura do artigo “Quotidiano prisional em Peniche (1934-1945)” de Carmona (2021) onde a autora propõe “(...) um olhar sobre o quotidiano prisional na Fortaleza de Peniche, passando ainda pela

Fortaleza de Angra do Heroísmo, no início dos anos 1930. Como eram tratados e os castigos que eram infligidos aos presos, as condições em que sobreviviam e alguns acontecimentos da vida quotidiana dos prisioneiros ocorridos naqueles cárceres do regime fascista. (...)”. Sugere-se também a leitura do artigo “O Depósito de Presos de Peniche e o 18 de janeiro de 1934”, da mesma autora que relaciona a tentativa de insurreição do movimento operário, ocorrida no dia 18 de janeiro, com a maior importância que o Depósito de Presos de Peniche passa a ter após esta tentativa de derrube da ditadura.

No ano de 1938, a Fortaleza de São Francisco é classificada como Monumento Nacional<sup>40</sup>, bem como todas as construções integrantes do sistema defensivo da vila, a sua frente abaluartada e todas as muralhas e baluartes<sup>41</sup>. Neste mesmo ano, três presos fogem do Fortim Redondo, conhecido entre os presos como o *segredo*, por ser uma zona de grande isolamento.

No fim da guerra em 1945, a Fortaleza é entregue, por decreto<sup>42</sup>, ao ministério da Justiça, integrando a jurisdição da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, antecessora da - PIDE), mas o controlo efetivo da prisão, através do chefe dos guardas, continuava a ser assegurado pela polícia política. Com esta decisão o governo quis dar uma imagem de mudança ao devolver a cadeia, que tinha uma conotação muito negativa, ao Ministério da Justiça, mas a realidade é que o seu controlo efetivo continuou a ser da polícia política.

O edificado da Fortaleza de Peniche vem sofrendo algumas alterações desde os anos 30 do século XX,<sup>43</sup> contudo, é a partir do ano de 1950 que são construídos, ao estilo americano, os três blocos prisionais (A, B, C) da prisão política de alta segurança de Peniche, da autoria do arquiteto Rodrigues Lima. Novamente, após o 25 de Abril de 1974 e para acolher as famílias oriundas das ex-colónias portuguesas, são realizadas modificações no

---

<sup>40</sup> Desde o início da nacionalidade que é possível encontrar legislação que promove a salvaguarda de monumentos, mas efetivamente uma lei de âmbito nacional e consagrada ao património cultural surge somente no reinado de D. João V (Avará de 1721, 1721). Em Portugal, a classificação do património cultural como medida para a sua salvaguarda teve início no final do século XIX. Esta classificação baseou-se apenas na figura do Monumento Nacional durante 4 décadas, sendo posteriormente, criadas instituições responsáveis pelo arrolamento dos bens e conservação. Os parâmetros de atribuição da classificação dos Monumentos Nacionais foram publicados e aprovados pelo Ministério das Obras Públicas, Decreto de 30 de dezembro de 1901 (Decreto-Lei 1901, Art.º 1., 1902) determinado que “Os imóveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionais pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria”.

<sup>41</sup> (Diário do Governo, 1938)

<sup>42</sup> (Decreto-Lei no 35-046. Diário do Governo n.º 234/1945, Série I de 1945-10-22., 1945)

<sup>43</sup> (sugere-se observar algumas das perspetivas da Fortaleza no ano de 1947 e antes de 1953, presentes na Figura 4 (acima) e Figura 21 (na página seguinte))

edificado, em especial no bloco C, que mudam a percepção do espaço prisional construído nos anos 50. As transformações e adaptações realizadas no edificado, são investigadas no artigo “Cadeia do Forte de Peniche Pavilhão C: Evolução e transformações no espaço prisional” por (Carmona, 2021a).



*Figura 18. Prisão-Fortaleza de Peniche. Data: 1947.  
Fonte: Arq. da CMP.*



*Figura 19. Vista para o porto e barra de Peniche.  
Data: anos 50. Autor: Mário Novais.*



Figura 20. Revelim da Fortaleza, Peniche.

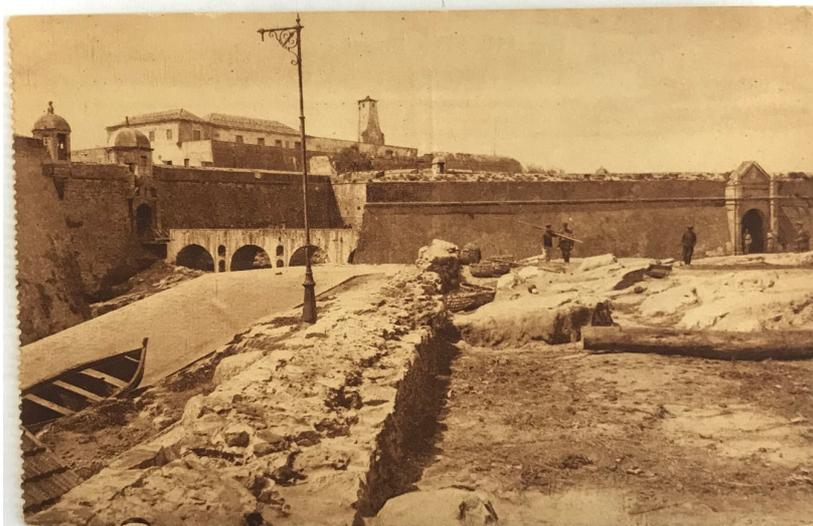


Figura 21. Fortaleza, antiqüissima praça de guerra, cuja capela, sob a invocação de Sta. Bárbara, é digna de ver-se. Data: Anterior a 1953. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL.<sup>44</sup>

Em 1956 são demolidas as antigas casernas militares e construídos (por presos de delito comum) os três Pavilhões prisionais de alta segurança, Pavilhão A, B e C, tendo passado a ser designada por **Cadeia do Forte de Peniche**.

Assim, durante quatro décadas, de 1934<sup>45</sup> a 1974, a Fortaleza de Peniche<sup>46</sup> foi utilizada como prisão política de alta segurança pelo regime do *Estado Novo*. A escolha recai neste espaço devido às características do seu edificado fortificado (ao qual foram realizadas pequenas adaptações nas construções do século XVII e XVIII, tais como as cavalariças, as latrinas, as cozinhas da fortificação ou os antigos quartelamentos de soldados e oficiais) e à sua implantação sobre escarpa rochosa, sobranceira à Ribeira Velha ou molhe em betão do porto de pesca. Detinha, portanto, as características propícias para o isolamento tenebroso, sendo destinada a albergar sobretudo opositores ao regime ditatorial do Estado Novo, mas também presos de delito comum. Essencialmente, são pessoas acusadas pelo aparelho ditatorial por

<sup>44</sup> Observa-se que as obras para instalação da cadeia de alta segurança, no pavilhão C, ainda não foram iniciadas. Na ficha de inventário n.º MNRL.06.2020.3 consta a seguinte descrição do bilhete postal: Bilhete postal ilustrado monocromático com vista para frente terrestre/urbana da Fortaleza de Peniche e antiga Ribeira/Doca. Observamos uma porta exterior e outra interior que, através de uma ponte de quatro arcadas (originalmente levadiça), dão acesso ao interior da Fortaleza Militar. Ladeiam a porta exterior/principal dois guardas da GNR. No campo da República, observamos quatro pessoas e cinco cestos de transporte de peixe e, na rampa de acesso à Ribeira/Doca, uma embarcação de pequeno porte.

<sup>45</sup> Ver p. 17.

<sup>46</sup> (Portaria de 30.12.1966, publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 71, de 24.03.1967), define uma Zona Especial de Proteção ao Monumento Nacional.

atos contra o Estado, que poderiam ir desde afirmações proferidas contra o regime, a estarem associados a movimentos políticos de caráter ilegal, como o Partido Comunista Português ou o movimento anarcossindicalista.

## **1.2. 1974 - A libertação dos presos políticos da Cadeia do Forte de Peniche**

A Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 é o momento da libertação, tanto para os prisioneiros da Cadeia do Forte de Peniche como para a população da vila. A adesão da população à Revolução é imediata, ao exigir a libertação de todos os presos políticos e a transformação da antiga fortaleza num Museu da República e Resistência. Iniciava-se o processo para a criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

A reivindicação da constituição de um Museu que perpetuasse as memórias dos antigos presos políticos e dos movimentos de resistência ao regime fascista foi sentida e manifestada logo no dia 25 de abril de 1974.

Entre os populares que aguardavam em Peniche no Campo da República, a libertação dos presos políticos da Cadeia de Peniche, nos dias 26 e 27 de abril de 1974, havia faixas nas quais se lia: “vitória” e “Peniche exige!... Forte para visitar e não para ficar” (Figura 22 e Figura 23, respetivamente).



Figura 22. Data: 26 de abril de 1974. Autor: Luís Correia Peixoto. Fonte: CMP.



Figura 23. Data: 26 de abril de 1974. Autor: Luís Correia Peixoto. Fonte: CMP.

Ao longo dos anos são diversas as utilizações dadas à Fortaleza de Peniche como foi mencionado até aqui. A constituição de um Museu na Fortaleza de Peniche foi reivindicada pela população de Peniche com uma manifestação junto à Fortaleza, no dia 28 de fevereiro de 1976, em conformidade com a ata nº 10 da Câmara Municipal de Peniche, de 3 de março de 1976, p. 198<sup>47</sup>, onde se lê:

«Fortaleza de Peniche – Utilização do Forte: O Senhor Presidente deu conhecimento à comissão de que, na sequência da manifestação realizada no passado dia vinte e oito junto à Fortaleza de Peniche».

O primeiro ato formal para o efeito, foi preconizado pelo Município de Peniche, na referida ata nº 10, p. 199<sup>48</sup>, onde aprova os princípios orientadores para o futuro do Forte, decididos pela população de Peniche, na referida manifestação e que são os seguintes:

«1º - Não mais voltar a ser prisão; 2º - Franquear as suas portas a todos os que o desejem; 3º - Ser transformado no Museu do Fascismo que evoque aos vindouros quanto foi lá difícil viver e lutar num regime político que tudo violou e proibiu; 4º - Ser aproveitado como infraestrutura de apoio ao

<sup>47</sup> (Livro No 35, Acta no 10, 1976, p. 198)

<sup>48</sup> (Câmara Municipal de Peniche, 1976, p.199)

Turismo, entendido como suporte dos tempos de lazer do Povo trabalhador português; 5º - Proibir qualquer adulteração das suas características histórias.».

No mesmo documento<sup>49</sup>, lê-se ainda: «... tendo também sido decidido que se solicitasse uma audiência de sua Excelência o presidente da República, pedido que já foi feito e a que se aguarda uma resposta.», o que nos permite inferir que possa ter contribuído para o Decreto-lei nº 709- B/76, de 4 de outubro de 1976<sup>50</sup>, que estipula a criação de um «Museu da República e da Resistência», na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, com sede em Lisboa e instalações na Fortaleza. A decisão recebe o apoio do Município de Peniche que se regozija e mostra disponível para alocar «os seus meios à disposição para a concretização desta ideia que, tão feliz e oportunamente, concretizou uma ambição do concelho»<sup>51</sup>. Na ata nº 39<sup>52</sup> da Câmara Municipal de Peniche, de 6 de outubro de 1976, lê-se: «Senhor Ministro Jorge Campinos, presente na manifestação ontem realizada junto ao Forte, de que em breve prazo seria nomeada a Comissão instaladora do Museu» o que nos permite inferir que a população de Peniche continua a manifestar-se em prol da criação de um museu na Fortaleza de Peniche, estando assim, envolvida no processo e com “voz” ativa. Na ata nº 45<sup>53</sup> de 17 de novembro de 1976 é referida a aquisição de mobiliário para o Museu.

Em junho e julho do ano seguinte surge a possibilidade de ser construída uma unidade hoteleira na cadeia do Forte de Peniche, documentada nas atas nº 23<sup>54</sup> e nº 26<sup>55</sup> do Município, nas quais se faz referência e é acautelado que o público em geral e a população de Peniche, devem continuar a ter-lhe acesso, bem como reiterada a ideia de salvaguardar um espaço para a instalação de um Museu da Resistência. O jornal local *A Voz do Mar* publica uma notícia sobre o assunto<sup>56</sup>.

Volvidos três anos da promulgação da “Lei da Descolonização”<sup>57</sup>, o jornal *A Voz do Mar* publica o seguinte título: “Processo Fortaleza desemboca em Museu da

<sup>49</sup> (Livro nº35, Acta nº 10, 1976, p. 198)

<sup>50</sup> (Decreto-lei nº 709- B/76, de 4 outubro 1976)

<sup>51</sup> (Livro nº36, Ata nº39., 1976, p. 179)

<sup>52</sup> (Câmara Municipal de Peniche, 1976, p. 174)

<sup>53</sup> (Câmara Municipal de Peniche, 1976, p. 11)

<sup>54</sup> (Livro nº38, Acta nº23, FL 49, 22 junho 1977, 1977, p. 49)

<sup>55</sup> (Livro nº38, Ata nº26, FL 72, 13 de julho de 1977. 1977, p. 72)

<sup>56</sup> (“A Voz Do Mar,” 1977a)

<sup>57</sup> (Lei da Descolonização, Lei nº 7/74, 1974)

Descolonização”<sup>58</sup>, e na ata nº 52<sup>59</sup>, de fevereiro de 1982, aborda-se a “Desocupação do Forte de Peniche”. O que está em

causa é um novo destino para a Fortaleza de Peniche que será adaptada a Centro de Acolhimento de Refugiados, entre 21 de setembro de 1977 e 31 de dezembro de 1982, dirigido pela Cruz Vermelha Portuguesa. Nele são instaladas cerca de cem famílias, maioritariamente moçambicanas, num total de mais de meio milhar de refugiados nos espaços dos antigos pavilhões prisionais (Audigani, 2011).

Ainda no ano de 1978, o arquiteto João de Almeida inicia a adaptação dos dois pisos inferiores do Bloco C para receber o Museu Municipal de Peniche, que é inaugurado em 1984, no Dia Internacional dos Museus. Para além do Bloco C, mais tarde são ocupados outros espaços destinados a Estúdio Municipal de Dança e a Atelier Local de Artes.

No final dos anos 1990, o Município de Peniche assina um Protocolo de Acordo com a Direção-Geral do Património Cultural e a ENATUR (Empresa Nacional de Turismo S.A.), para ser construída uma unidade hoteleira nos antigos pavilhões prisionais. Para tal, a Fortaleza de Peniche é integrada pelo Governo, a 28 de setembro de 2016, na lista do Programa Revive que inclui diversos monumentos históricos a concessionar a privados.

Esta decisão para a instalação de uma unidade hoteleira nos antigos pavilhões prisionais da Cadeia de Peniche, que conduziria inevitavelmente à sua alteração e ao conseqüente apagamento das memórias do local, provocou o surgimento de várias ações de pressão social, para a criação de espaços de memória nos locais associados à repressão e à resistência ao antigo regime fascista. Um desses movimentos sociais de reivindicação da preservação da Memória é o NAM – Movimento Cívico Não Apaguem a Memória! – que nasce da iniciativa de cidadãos em protesto contra a transformação em condomínio de luxo da antiga sede da PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado) em Lisboa. A subsequente petição apresentada à Assembleia da República originou a (Resolução da Assembleia da República nº 24/2008), na qual está explícita a necessidade de valorização e apoio ao Núcleo da Resistência no Museu Municipal de Peniche.

Outros movimentos sociais de opinião e reivindicação emergem da iniciativa espontânea de antigos presos políticos que aqui estiveram detidos, dos seus amigos e

---

<sup>58</sup> (“A Voz Do Mar,” 1977b)

<sup>59</sup> (Câmara Municipal de Peniche, 1982, p. 272)

familiares e de diversas individualidades simpatizantes com a causa. Referimo-nos, por exemplo, ao movimento “Forte de Peniche – Defesa da memória, resistência e luta” criado pela URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, que entregou uma petição à AR, no dia 6 de janeiro de 2017 e realizou um “Encontro Convívio de Ex-Políticos, Familiares e Amigos” na Fortaleza de Peniche, em 29 de outubro de 2016, com o objetivo de “mostrar o choque e também a indignação perante o anúncio do governo de pretender concessionar a privados o Forte de Peniche”. (União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2019, p 23 e p. 35). Também o universo museológico português se uniu a esta causa tendo o MINOM-Portugal (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) emitido uma declaração a opor-se à construção da unidade hoteleira na Fortaleza de Peniche.

Finalmente, a 10 de novembro de 2016, a Fortaleza de Peniche é retirada da lista de monumentos históricos do programa REVIVE, pela polémica suscitada, levando a AR a defender a sua requalificação, preservação e adaptação a Museu. Por decisão do Ministro da Cultura constituiu-se um Grupo Consultivo para a Fortaleza de Peniche, cujo objetivo se centra na elaboração de propostas para a sua futura utilização, tendo sido apresentada uma proposta<sup>60</sup> no dia 7 de abril de 2017.

Entendendo que não há compatibilização possível entre a preservação da memória de um dos mais simbólicos lugares da luta pela liberdade em Portugal e uma unidade hoteleira privada,

o Governo, reúne o Conselho de Ministros<sup>61</sup> na Fortaleza de Peniche, no dia 27 de abril de 2017 e em 6 de maio de 2017, o XXI Governo Constitucional, com o apoio dos partidos políticos da AR, decide criar o 15º museu nacional português, o Museu Nacional Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, “enquanto espaço-memória e símbolo da luta pela democracia e pela liberdade”, como consta da (Resolução nº 73/2017, de 5 de junho, publicada em Diário da República nº 108/2017, Série I., 2017), a partir de um programa enraizado na tríade monumento nacional – prisão política - património/memórias.

---

<sup>60</sup> (Silva et al., 2017)

<sup>61</sup> (Reunião do Conselho de Ministros, 2017)

Entre maio e setembro de 2017 foi concebido o programa museológico<sup>62</sup> do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em estreita ligação com a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades.

A 26 de janeiro de 2018, o Gabinete do Ministro da Cultura determina, através do Despacho n.º 998/2018<sup>63</sup>, a criação da Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM) com a missão de propor os conteúdos<sup>64</sup> do programa museológico<sup>65</sup> e sugerir as linhas de orientação acerca da respetiva apresentação museográfica.

A 7 de fevereiro de 2018 foi lançado o concurso público de arquitetura, incidindo a escolha final no projeto do Atelier AR4<sup>66</sup> sob a coordenação do Arq. João Barros Matos. Em setembro do ano seguinte, a Fortaleza Militar de Peniche passou para a tutela da Direção-Geral do Património Cultural a qual, desde de 2017, tinha dado início a um projeto museológico de grande responsabilidade política e social (com a elaboração do programa museológico, a definição de espaços a musealizar e o guião de conteúdos expositivos) e aos procedimentos necessários à preservação do edificado histórico, realizando obras de recuperação nas coberturas e nas fachadas exteriores dos blocos prisionais e lançado o projeto de Arquitetura.

Entrando-se numa nova fase que exigia uma coordenação sólida e uma compatibilização adequada entre o relatório dos conteúdos e a museografia que lhe dará expressão, através do projeto de arquitetura. Entendeu-se criar um núcleo ágil de decisão para, com a celeridade adequada, ir tomando decisões sobre as matérias que digam respeito à museologia e à museografia, envolvendo todos os interlocutores. Assim, a 16 de outubro de 2018, o Gabinete do Ministro, determina através do Despacho n.º 9667/2018<sup>67</sup>, a criação do Comité Executivo do Museu de Peniche (CEMP), com a missão de acompanhar a última fase da obra de criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

---

<sup>62</sup> (Programa Museológico, 2017)

<sup>63</sup> (Despacho n.º 998/2018, 2018)

<sup>64</sup> (Polónia et al., 2018)

<sup>65</sup> (Guião para os conteúdos, 2018)

<sup>66</sup> (J. B. Matos, 2018)

<sup>67</sup> (Governo, 2018)

### 1.3. 2019 – A musealização de espaços: a exposição “Por Teu Livre Pensamento” e Memorial aos antigos presos políticos

Ao longo de quatro séculos e meio, precisamente 451 anos, os espaços deste Monumento Nacional foram ocupados como: Fortaleza de São Francisco, Praça Militar de Peniche, Depósito de Presos de Peniche, Depósito da Praça de Peniche, Depósito de Peniche, Hospital Militar Cadeia, Depósito de Prisioneiros Emigrados de Peniche, Depósito de Emigrados Espanhóis de Peniche, Depósito de Emigrados Brasileiros e Hospital, Depósito de Concentrados de Peniche ou Depósito de Internados Inimigos de Peniche, Comando Militar de Peniche, Depósito de Presos de Peniche, Cadeia do Forte de Peniche, Centro de Acolhimento de Refugiados, Museu Municipal de Peniche, Estúdio Municipal de Dança, Atelier Local de Artes e, por fim, como Museu Nacional Resistência e Liberdade.



Figura 24. Cartaz de divulgação - inauguração do Memorial aos antigos presos políticos – exposição “Por teu livre pensamento”. Data: abril de 2019. Fonte: DGPC, MNRL.



Figura 25. Entrada principal do MNRL. Data: março de 2022. Autora: Ângela Alves

Cumprindo agora neste subcapítulo dar conta da exposição inaugural “Por Teu Livre Pensamento” do MNRL - Fortaleza de Peniche, que abriu portas no dia 25 de abril de 2019, bem como dos espaços que foram musealizados.

A entrada do forte mostra-se imponente e é dividida em dois momentos. O primeiro, a antiga porta, em arco de volta perfeita, com frontão triangular, que dá acesso ao revelim de

planta triangular e rasgada por um túnel abobadado, onde existem dois salões, outrora um destinado aos guardas da prisão e outro, a espaço prisional. Aquando da abertura do MNRL, um dos salões foi adaptado de forma temporária a loja do museu.

Passando pelo túnel, avistava-se do lado direito, a antiga dispensa da cadeia (Figura 26), com configuração simples, demolida no ano de 2019 para dar lugar ao Memorial aos Antigos Presos Políticos que, mais adiante, falaremos com mais pormenor.



Figura 26. Dispensa da antiga cadeia. Data: anterior a março de 2019. Fonte: DGPC, MNRL.



Figura 27. Construção do memorial aos Antigos presos Políticos. Data: março de 2022. Autora: Ângela Alves

Uma segunda passagem com frente de muralha, circundada por um fosso poligonal e acessível por uma ponte de quatro arcadas (antiga ponte levadiça), torna acessível uma porta de frontão que conduz à antecâmara da entrada da fortaleza, uma área coberta por abóbadas de aresta e com uma impressionante lareira setecentista. Ali existiam dois salões, outrora um destinado a zona de espera, entrega de bens alimentares por parte das famílias dos presos políticos que ali também eram alvo de revista por parte dos guardas e outro, a sala dos guardas da cadeia. Demolida a parede que separava os salões, a área foi transformada temporariamente em espaço de acolhimento de visitantes, local de projeção de Biografias Prisionais dos Antigos Presos da Cadeia do Forte de Peniche e espaço para exposições temporárias.

Ainda nesta sala, temos acesso a um edifício com características muito distintas do conjunto do edificado prisional e que outrora assumiu uma posição central no espaço. Trata-se do Parlatório, um edifício com um só piso, situado na antecâmara da entrada da fortaleza, para que os visitantes e familiares dos presos políticos não tivessem de imiscuir-se com o espaço

interior e conseqüente quotidiano prisional que se pretendia manter longe de olhares curiosos. É constituído por parlatórios separados, compostos por uma separação de vidro, que impossibilitava o contacto físico entre visitante e preso.

No Parlatório apresenta-se o primeiro dos 11 núcleos temáticos, que evoca as condições em que decorriam as visitas aos presos políticos, bem como a solidariedade da população de Peniche para com os presos – e as suas famílias.

Um conjunto de testemunhos registados em filme de filhas e filhos de antigos presos políticos complementam a exposição.

Seguindo o percurso expositivo, entramos no Fortim ou Baluarte Redondo, com torre sineira. Apresenta características de modernidade, com um carácter renascentista, de planta circular, com 3 pequenas salas no rés-do-chão, lanços de escada e rampa que dão acesso ao piso superior, onde se encontram as canhoeriras e a torre sineira.

Edifício de grande destaque na Fortaleza é o Palácio do Governador, edifício de carácter residencial que conserva apenas o portal de entrada com uma porta de arco de volta perfeita.

Situada ao lado do Palácio fica a Capela de Santa Bárbara, construção original da Fortaleza. Com características do século XVII apresenta altar dourado com 3 nichos para as imagens de Santa Bárbara, São Francisco de Assis e São João Baptista. É aqui que é apresentado

núcleo com a história da Fortaleza desde o século XVI até aos nossos dias.

O Memorial aos antigos presos políticos é uma peça escultura de grandes dimensões em aço corten, que apresenta gravados os nomes dos 2510 presos políticos que passaram pela Cadeia de Peniche ao longo dos 48 anos de repressão do Estado Novo.

Nos anos de 2018 e 2019 as componentes de investigação e de educação do MNRL, começaram a desenvolver o seu trabalho que resultou na exposição “Por teu livre pensamento”, inaugurada no dia 25 de abril de 2019.

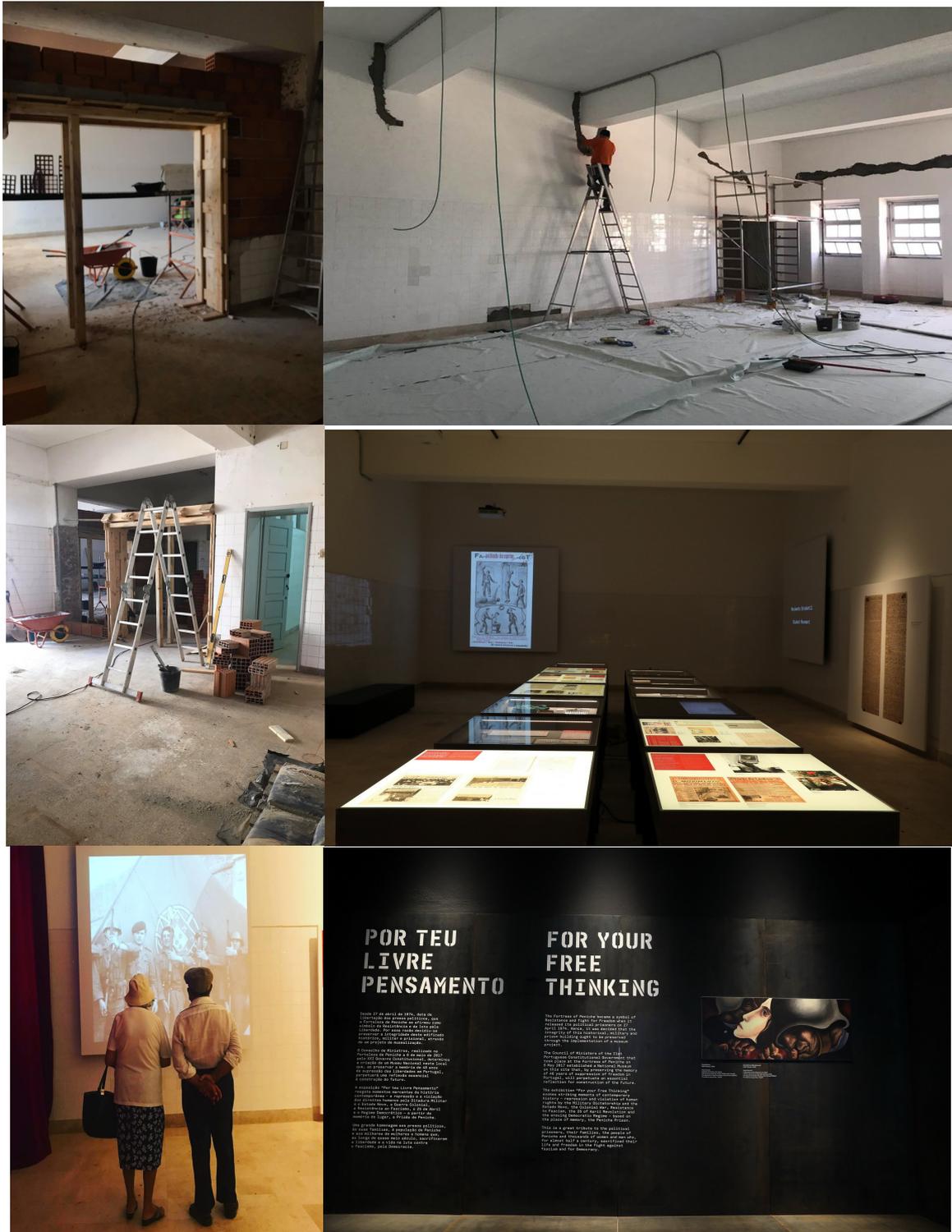


Figura 28. Conjunto de fotografias que ilustram o início da exposição “Por teu livre pensamento”, bem como, a sua apresentação ao público. Datas: 2019, 2020 e 2022. Autora: Ângela Alves.

A exposição “Por teu Livre Pensamento” recebeu o nome a partir de um poema de David Mourão Ferreira, musicado por Alain Oulman e cantado por Amália Rodrigues que o imortalizou com o nome de Abandono ou Fado de Peniche.

A exposição organizada em 3 núcleos – o regime fascista, a resistência e o 25 de abril – pretendeu ser uma antevisão da futura exposição de longa duração e um teste das possibilidades museográficas para o espaço.

Prevê-se que a intervenção para a instalação do Museu Nacional Resistência e Liberdade esteja concluída em 2024 a tempo de inaugurar o Museu no dia 27 de abril, no âmbito das comemorações oficiais dos 50 anos de abril.

Em anexos, Figura 30, ilustra-se a linha do tempo de 25 de abril de 1975 a 15 de abril de 2009.<sup>68</sup>

## **CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE ESTÁGIO**

### **2.1. Objetivos**

O presente relatório de estágio curricular «Museu Nacional Resistência e Liberdade – Na constituição e processo» foi apresentado à Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras e realizado na entidade museológica Museu Nacional Resistência e Liberdade, tutelada pela Direção-Geral do Património Cultural. Com a duração de seis meses enquadra-se no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia.

A escolha do local para o estágio curricular prende-se com a vontade expressa da estagiária em participar no projeto que está a investir a Fortaleza de Peniche de um novo uso de índole museológica, o 15º Museu Nacional de Portugal. O estágio permitiu à estagiária colocar em prática ensinamentos teóricos adquiridos durante o primeiro ano do mestrado, mas também, participar em diversas atividades práticas e teóricas que empoderaram o seu conhecimento e atuação na área do Património Cultural e Museologia.

---

<sup>68</sup> Ilustração/figura realizada no aplicativo de diagramação inteligente – Lucidchart, disponível para download em: <https://lucid.app/publicSegments/view/2e44f67b-e5d9-479a-95fc-9d687e620f6d>

Sem preterir a importância do conhecimento teórico, a sua aplicação em contexto prático é para uma estudante-trabalhadora, um fator decisivo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. O relatório propõe um percurso pelo trabalho prático e teórico realizado ao longo do estágio curricular, enquanto, procura evidenciar a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no primeiro ano do mestrado.

O estágio teve como objetivo aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos na área da Museologia e do Património em contexto de experiência profissional no Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL). Considera-se muito relevante e mutuamente vantajoso o envolvimento da comunidade académica em todas as causas relativas ao estudo, preservação, valorização e divulgação do museu e monumento, dos seus espaços e coleções. Pretende-se que a participação individual no desenvolvimento das atividades e serviços do museu e monumento, proporcionem à estagiária os benefícios de formação cultural e de aquisição e desenvolvimento de competências profissionais especializadas, ao mesmo tempo que a possibilidade de integração neste projeto institucional de referência.

## **2.2. Atividades desenvolvidas**

O processo de criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade insere-se no contexto nacional de iniciativas de recuperação e salvaguarda das memórias relacionadas com a resistência ao fascismo português e de uma indagação sobre o Portugal democrático. Para a estagiária foi uma oportunidade irrepetível o acompanhamento da primeira fase de instalação do museu.

O estágio possibilitou o levantamento das fontes de informação consideradas mais relevantes para a constituição e processo desta nova unidade museológica, entender quais foram os principais acontecimentos históricos e as movimentações sociais que contribuíram para a afirmação a Fortaleza de Peniche como símbolo maior da Resistência e da luta pela Liberdade em Portugal.

A Fortaleza de Peniche e o Museu Municipal foram encerrados (no dia 28 de novembro de 2017)<sup>69</sup> para o início da primeira fase de instalação do museu e reabertos temporariamente determinados espaços no dia 25 de abril de 2019, com a inauguração da exposição temporária «Por Teu Livre Pensamento» e o Memorial de homenagem aos antigos presos políticos, já mencionados.

Desde a criação do Museu, uma equipa multidisciplinar de museólogos, arqueólogos e historiadores pertencentes aos quadros do museu e da Direção-Geral do Património Cultural, têm vindo a trabalhar no Projeto Museológico, para definir os conteúdos da futura exposição de longa duração e, com a nomeação da diretora do museu em 2021, foram definidas três linhas estratégicas de atuação essenciais para a instalação do museu.

A primeira linha de atuação ou linha estratégica, consubstancia-se no resgate de memórias de repressão ou resistência, através da recolha, registo e estudo dos testemunhos de antigos presos políticos, de familiares e de qualquer pessoa com uma história pessoal que se relacione com a resistência ao fascismo, com as condições de vida durante o regime do Estado Novo ou com a liberdade conquistada no dia 25 de Abril de 1974, constituindo as memórias destas pessoas uma peça fundamental na perceção e caracterização do Regime, sendo por isso mesmo, a sua memória preservada.

A segunda, materializa-se na criação do CDM, que promove a recolha, arquivo e preservação do património imaterial inventariado como objeto museológico. Inclui também o acervo documental e bibliográfico, e outros acervos museológicos digitalizados, promovendo a pesquisa científica e a edição de publicações.

Por fim, a terceira linha estratégica de atuação, diz respeito ao projeto de cartografia de espaços de memória associados à resistência à ditadura, com três níveis de ação territorial, o primeiro na cidade de Peniche, o segundo em cidades onde estiveram instaladas outras prisões políticas e o terceiro nível no restante do território nacional, incluindo locais e edifícios associados a ações de resistência.

---

<sup>69</sup> Em conformidade com a Deliberação n.º 1513/2017, (Livro n.º 108, Ata n.º 50/2017, 2017, pp. 834, 835) onde se lê: «DIVERSOS: 36) Fortaleza de Peniche – Pelouro da Cultura: ----- Deliberação n.º 1513/2017: (...) Deliberado aprovar a proposta, apresentada verbalmente pelo senhor Presidente, de encerramento à visita turística do espaço da Fortaleza de Peniche, incluindo o Museu Municipal, a partir do dia 20 de novembro, inclusive. -----».

Nesta linha estratégica, cabe fazer referência ao projeto em curso «Lugares de Peniche – Solidariedade, Repressão e Resistência» que teve a primeira ação pública no dia 27 de setembro de 2019 com o lançamento do «Roteiro de Casas de Solidariedade, Opressão e Resistência».

Inclui um primeiro mapeamento dos lugares de memória associados à solidariedade da população de Peniche com os presos políticos, a repressão fascista e a resistência ao Regime. A cartografia de espaços de memória abrange outros espaços como a sede da polícia política em Lisboa (na Rua António Maria Cardoso, hoje um condomínio de luxo conhecido por «Edifícios Paço do Duque»), as delegações da PIDE<sup>70</sup> em Coimbra (hoje, «The Luggage Hostel & Suites» sito na Rua Antero de Quental, n.º 129)<sup>71</sup> e no Porto (atual Museu Militar do Porto, número 329 da Rua do Heroísmo), os postos de controlo em Bragança, Mourão, Ponta Delgada, Portalegre, Faro, Funchal e Zebreira, os postos de vigilância em Elvas, Évora, Guarda, Leiria, Portimão e Setúbal, e os postos fronteiriços em Elvas, Ficalho, Minho, Valença, Vilar Formoso e Vila Real de Santo António. Esta linha estratégica prevê a celebração de protocolos de colaboração com entidades e instituições do país que investiguem ou se relacionem com estes espaços de memória.

Em paralelo com outras atividades realizadas durante o estágio, destaca-se a participação da estagiária no artigo conjunto «Museu Nacional Resistência e Liberdade - Fortaleza de Peniche: reivindicação, criação e processo»<sup>72</sup>, realizado no âmbito das abordagens à volta da memória por especialistas de várias proveniências, que estão compiladas na publicação *on-line*, «Memórias em tempos difíceis»<sup>73</sup> dos autores Darlan De Mamann Marchi e Jaime Alberto Bornacelly Castro (Orgs.). A obra aborda as memórias de tempos difíceis do passado e do presente, como as ditaduras, as violências, a pandemia, as dores, os conflitos e os processos de memorialização destes acontecimentos e lugares. O artigo divide-se em três temas «O Regime Fascista Português e o Sistema Prisional; A cadeia de Peniche.», «A Reivindicação de criação do Museu.» e o «Museu Nacional Resistência e Liberdade: Resgate e Valorização das Memórias da Resistência». Nele faz-se «uma análise sobre o processo de patrimonialização e musealização da Fortaleza de Peniche, em

---

<sup>70</sup> (Pimentel, 2011)

<sup>71</sup> Para mais detalhes consultar (The Luggage, 2022)

<sup>72</sup> (Marchi & Castro, 2022, p. 136)

<sup>73</sup> (Marchi & Castro, 2022)

Portugal»<sup>74</sup> e sobre a «mobilização da população da pequena localidade» com «um papel fundamental no agenciamento do processo de reconhecimento do local como um sítio de memória e posterior patrimonialização e conversão em Museu Nacional Resistência e Liberdade.».

Partindo da percepção que este Museu nasce de uma reivindicação social, no decorrer do estágio foram investigados os acontecimentos, os atos formais, os movimentos sociais associados que determinaram a fundação do museu. Esta etapa foi iniciada com a pesquisa de fontes documentais em arquivos *online* de instituições como a Câmara Municipal de Peniche ou o próprio CDM do MNRL. As imagens dos populares que aguardavam em Peniche no Campo da República a libertação dos presos políticos da cadeia do Forte de Peniche, no dia 27 de abril de 1974, captadas por Ezequiel Santos, António Alves Seara e Luís Correia Peixoto, foram as primeiras a serem reunidas. São imagens fundacionais dado que numa das faixas empunhadas pelos populares lia-se: “Peniche exige um Forte para visitar e não para ficar”.

Os diferentes destinos dados à Fortaleza de Peniche pretendiam ser documentados através da análise da imprensa local e regional, representativa da comunidade penichense e da região, dando-se preferência a artigos publicados pelo quinzenário regionalista «A Voz do Mar», propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Cidade de Peniche, com o qual foram estabelecidos contactos em 5/04/2022 no sentido de poder ser consultado o arquivo e também disponibilizados três artigos, que a jornalista Luísa Inês gentilmente cedeu. Não sendo possível consultar o arquivo do jornal, por motivos que se prenderam com a sua deslocalização e reorganização, facto que lamentamos, optou-se pela pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e no Arquivo Histórico Militar de Lisboa.

A Fortaleza de Peniche esteve até 26 de fevereiro de 1976 ocupada por antigos agentes da extinta PIDE/DGS e antigos ministros do governo de Marcelo Caetano que permaneceram detidos e às ordens do Movimento das Forças Armadas até à decisão de saída para o estabelecimento prisional de Alcoentre.

---

<sup>74</sup> (Marchi & Castro, 2022, p. 15 e 16)

No final do ano, a 4 de outubro, é aprovada em Conselho de Ministros, pelo Decreto-lei nº 709-B/76<sup>75</sup>, a instalação de um **Museu da República e da Resistência** que nunca foi concretizada. No ano seguinte, a edição do jornal «A Voz do Mar» n.º 490 de 21 de julho de 1977, com o título «A FORTALEZA de novo em foco», notícia que «será um hotel, independentemente da parte que se reserve para o já tão falado e controverso museu da Resistência e da República» referindo ainda que «Em devida altura, A Voz do Mar bateu-se para que nele fosse instalado o que, em princípio, poderia chamar-se o 1.º INSTITUTO SUPERIOR DE PESCA DE PORTUGAL»<sup>76</sup>.

Uma diferente ocupação da Fortaleza e antiga Cadeia é noticiada na edição n.º494<sup>77</sup> de 15 de setembro de 1977, com o título “Processo FORTALEZA desemboca em MUSEU DA DESCOLONIZAÇÃO” e na edição publicada a 3 de novembro de 1977 com o título «REFUGIADOS NO FORTE ao cuidado da Cruz Vermelha Portuguesa» sendo que, efetivamente, em 21 de setembro de 1977 ali é instalado um Centro de Acolhimento de Refugiados, dirigido pela Cruz Vermelha Portuguesa e enquadrado pelo IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, recebendo a Fortaleza de Peniche mais de meio milhar de retornados das antigas colónias, que ali permaneceram até 31 de dezembro de 1982.

Para o planeamento das atividades seguintes, elaborou-se um cronograma de tarefas para que a carga horária de estágio fosse distribuída em função da complexidade das tarefas seguintes, procurando-se seguir esta organização de trabalho com rigor, havendo, naturalmente, adaptações e alterações, por situações imprevistas ou tarefas que se revelaram mais morosas.

---

<sup>75</sup> (Decreto-Lei nº 709-B/76, 1976)

<sup>76</sup> (“A Voz Do Mar,” 1977a)

<sup>77</sup> (“A Voz Do Mar,” 1977b)

**Cronograma de tarefas**



Figura 29. Cronograma com o planeamento de tarefas do estágio.

Analisando o cronograma, vemos que foram utilizadas 14 semanas para as atividades relacionadas com a incorporação e inventariação de peças (que se descrevem com mais detalhe no capítulo III) e de escrita do relatório de estágio, sendo as etapas do estágio mais morosas, e também que, para a pesquisa de fontes documentais e o desenho da linha cronológica, foram utilizadas 4 semanas de trabalho.

No que respeita ao caminho inicialmente traçado, observa-se um ligeiro desvio dos objetivos traçados, na medida em que foi dedicado mais tempo do que inicialmente previsto para a análise do projeto “Histórias de Pessoas, Histórias de Resistência!” e por sua vez à colaboração na realização de entrevistas filmadas e de depoimentos escritos de antigos presos da Cadeia de Peniche, uma vez que, algumas destas entrevistas decorreram de forma inesperada, aquando da visita destas pessoas ao museu. Estes momentos foram encarados como oportunidades inadiáveis de presenciar e contactar diretamente com estas pessoas, promovendo o envolvimento pessoal da estagiária, porque alguns dos entrevistados estiveram detidos nas prisões do fascismo durante largos anos, foram brutalmente torturados pela polícia política durante os interrogatórios, deportados para lugares inóspitos em África ou viveram de forma clandestina a maior parte da sua vida.

No decorrer do estágio, observou-se um desequilíbrio muito significativo entre as incomensuráveis necessidades associadas à primeira fase de instalação do museu e a quantidade de recursos humanos disponíveis para o efeito, um total de cinco funcionários, (um assistente operacional, dois assistentes técnicos e duas técnicas superiores). Sabemos que se trata de um problema transversal a todos os Museus Portugueses e do conhecimento geral da sociedade, com forte eco na imprensa nacional como nos dá conta, por exemplo, a notícia

publicada pelo Jornal Público «Presidente da comissão nacional do Conselho Internacional de Museus assume a preocupação com que olha para os museus portugueses de referência, afetados por uma dramática falta de recursos que os torna incapazes de “cumprir as funções que lhes estão cometidas»<sup>78</sup>, a 18 de maio de 2022.

Ou ainda a notícia publicada pela TSF, Rádio Notícias «A falta de pessoal no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), em Lisboa, e consequente falta de transmissão de conhecimentos acumulados é uma das principais preocupações do diretor da instituição, que receia um retrocesso de mais de um século»<sup>79</sup>. No entanto, a realidade deste museu é sem dúvida dramática e angustiante e muito díspar da que se perspetivava em 24 de abril de 2019, pela notícia publicada pelo Diário de Notícias, «Museu Nacional da Resistência e Liberdade vai ter 40 funcionários - ministra»<sup>80</sup>. À data é urgente aumentar o quadro de pessoal do museu através da publicação de procedimentos concursais destinados à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado.

Apesar da escassez de recursos humanos que presenciámos, nunca foi sequer equacionada outra instituição para a realização do estágio, porque o projeto museológico para a instalação do MNRL na Fortaleza de Peniche pela Direção-Geral do Património Cultural, é um dos mais entusiásticos e desafiantes pelas múltiplas frentes de trabalho que o Museu de Memória exige, para se tornar uma instituição de referência na promoção e defesa dos valores democráticos, direitos humanos e da educação para a cidadania, através do debate e da produção contínua do conhecimento.

---

<sup>78</sup> (Agência Lusa, 2022a)

<sup>79</sup> (Agência Lusa, 2022b)

<sup>80</sup> (Agência Lusa, 2019)

## CAPÍTULO 3. COLEÇÃO MUSEOLÓGICA – INCORPORAÇÃO E INVENTÁRIO

### 3.1. Política de incorporações de bens museológicos - modalidades de incorporação

A incorporação de bens culturais nos acervos dos Museus e Palácios dependentes da DGPC, pressupõe a elaboração de um plano estruturado regido pelos princípios orientadores definidos por Lei, para a correta identificação dos bens culturais que se enquadram na vocação do museu e que valorizam as suas coleções. “A incorporação representa a integração formal de um bem cultural no acervo do museu”<sup>81</sup> e traduz-se num programa de ação e enriquecimento contínuo do acervo, constituindo uma função museológica essencial para a preservação e salvaguarda da memória coletiva e a sua projeção no futuro.

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004, de 19 de agosto), composta por 11 capítulos, consagra dois ao património móvel incorporado nos museus e à sua propriedade. Assim, de acordo com o Capítulo II, Secção II, n.º 2 do artigo 13.º, as modalidades previstas para o efeito são: a compra, a doação, o legado, a herança, a recolha, o achado, a transferência, a permuta, a afetação permanente, a preferência e a dação em pagamento.

Neste domínio, podemos organizar as modalidades em dois tipos de aquisições, as onerosas e as não onerosas, as primeiras acontecem sempre que a aquisição do bem cultural é feita através de uma compra, que implica uma remuneração para a transferência do título de propriedade para o museu, ou por dação em pagamento, porque há lugar à cativação de verbas do orçamento do museu para o pagamento de despesas inerentes à transmissão e afetação do bem cultural. E as aquisições não onerosas aplicam-se quando a propriedade do bem cultural é adquirida por contrato de permuta, de sucessão por morte ou de doação (entre outros previstos na legislação específica).

Segundo a DGPC<sup>82</sup> as modalidades de incorporação de bens culturais móveis com maior preponderância a aquisição, a doação e o legado (estando disponíveis os formulários no seu website<sup>83</sup>).

<sup>81</sup> (Lei nº 47/2004 - Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, 2004), consultar o Capítulo II, Secção II, n.º 2 do Art.º 13.º

<sup>82</sup> (*Circulação de Bens Culturais Móveis*, n.d.)

Convenhamos que, desde os primeiros tempos da sua existência, a doação foi a principal forma de obtenção de bens, por parte dos museus, especialmente os mais antigos. Eram recursos que, para além de estarem disponíveis, não implicavam encargos financeiros para as instituições que, em grande parte, constituíram os seus acervos com base numa política quase passiva de aceitação de objetos, formando, assim, coleções heterogêneas e díspares, organizadas de forma alheia à missão, aos critérios de incorporação e aos discursos da instituição onde eram depositados. Em virtude da acumulação deste acervo (muitas vezes) desconexo, que era novamente descontextualizado e logo recontextualizado no espaço museal, os museus foram vistos, durante muito tempo, como a “casa das coisas velhas”<sup>84</sup>, como templos estáticos e desinteressantes, como depósitos de objetos.

No MNRL, até à presente data, verifica-se a incorporação de objetos através de aquisição não onerosa por doação ou por transferência. À doação de objetos está intrínseco o procedimento que estabelece a sua entrega nas instalações do museu, juntamente com a documentação associada e a que formaliza a vontade expressa do doador. Seguidamente os objetos são avaliados pela responsável da instituição, que analisa se se enquadram nas coleções existentes e se a sua incorporação irá valorizar o acervo do Museu. O primeiro momento do processo de institucionalização do objeto, inicia-se, portanto, com uma seleção, considerada a primeira fase do processo de patrimonialização.

Recordemos que, num passado não muito distante, esta ação museal consistia, antes de mais, num exercício de autoridade: o poder de impor, unilateralmente, o que é ou não é património, o que deve ou não ser conservado, o que o público deve ou não ver e de que objetos deve ou não gostar. Baseava-se na valorização do objeto em si e resumia-se à consideração de valores de antiguidade, autenticidade e singularidade. Esta seleção era feita pelo poder discricionário dos denominados conservadores de museu e determinado em função do seu gosto pessoal, pelas suas motivações e educação, mas também pelo sistema de valores da própria instituição museal.

Atualmente, nos museus portugueses, os critérios desta seleção estão plasmados numa política de incorporações, que define as tipologias de bens culturais a integrar no acervo do

---

<sup>83</sup> (*Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de Aquisição*, n.d.; *Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de Doação*, n.d.; *Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de Legado*, n.d.), formulários de aquisição, doação e legado, disponíveis na bibliografia.

<sup>84</sup> expressão que testemunhei.

museu, seguindo uma orientação estratégica na formação das coleções. Deste modo evita-se que os museus sejam meros armazéns, mas, pelo contrário, sigam políticas patrimoniais claras e representativas da sociedade.

No caso em estudo, a política de incorporações do MNRL ainda não foi oficialmente definida ou ainda não foi tornada pública, contudo, cumpre dizer que todo o procedimento de incorporação está implementado e é desenvolvido pela equipa técnica do Museu. O procedimento inicia-se com a análise prévia do estado de conservação do objeto, para que, antes da sua incorporação, se determine se o mesmo está em condições de ser integrado no acervo. Todo o procedimento fica a cargo da direção do MNRL e corpo técnico, que apresenta a proposta de incorporação do bem cultural à tutela, atualmente a Direção-Geral do Património Cultural. Quanto à decisão final de incorporação é tomada pelo Diretor-Geral do Património Cultural.

### **3.2. A constituição do acervo do Museu. Cedências em regime de depósito e/ou doação.**

#### **Análise dos valores cultural, histórico, social dos bens culturais**

A 28 janeiro de 2019 a Câmara Municipal de Peniche formalizou em Assembleia Municipal a decisão de cedência em regime de depósito, de parte do espólio do seu antigo Museu Municipal, instalado desde os anos 80 e até ao ano de 2017 (ano de seu encerramento), na Fortaleza de Peniche, designadamente: no Pavilhão Prisional C, Capela de Santa Bárbara, Parlatório, Fortim Redondo ou “Segredo” e antigos Blocos da GNR.

Os bens culturais e recursos museográficos entregues à guarda da DGPC – MNRL, totalizam 1074 (mil e setenta e quatro peças), entre as quais 72 (setecentas e duas) são livros provenientes da antiga Biblioteca dos Presos da Cadeia Política, 42 (quarenta e duas) são recursos museográficos utilizados na exposição permanente e 330 (trezentas e trinta) são espólio documental, arte sacra, têxteis, entre outros objetos.

No acervo de natureza documental, destacamos as peças do quadro infra.

<b>Denominação</b>	<b>Descrição (sumária)</b>
Mensagem Clandestina em escrita milimétrica	Datada entre os anos de 1943 ou 1944 e escrita no Campo de Concentração do Tarrafal por um preso político.
Plantas da Cadeia do Forte de Peniche	Datadas de 1951, atribuídas ao Arquiteto Rodrigues Lima.
Cadernos Prisionais como o “Paz e Liberdade”	Datados entre 1943-1948, pertencentes ao antigo preso político António Dias Lourenço.
Carta Ilustrada com Desenho para o filho	Pertencente ao antigo preso político António Dias Lourenço.
Cartões de Pêsames	Com carimbo da censura, pertencentes ao antigo preso político Júlio da Cruz Paour.
Desenhos a lápis	Sobre a colónia penal do Tarrafal e desenhados nessa prisão pelo antigo preso político Armando Martins Carvalho em 1943.
Cartões de visita	Documento que permitia a visita aos presos, como o pertencente a Aida Magro.
Fotografias	De antigos presos políticos, como a de António Gervásio de 1971;
Calendários	Com reproduções de casas clandestinas pertencentes ao Partido Comunista Português.
Postais Ilustrados	Com vistas sobre a Fortaleza e Cadeia de Peniche do ano de 1972.

O acervo do MNRL abrange também arte sacra e mobiliário religioso, provenientes da Capela de Santa Bárbara, datada do século XVII e consagrada à Padroeira dos Artilheiros – Santa Bárbara – encontrando-se atualmente dessacralizada, mas acessível ao visitante. Nestas categorias, destacamos três esculturas, a de Santa Bárbara, a Santa Padroeira que até ao ano de 2017, esteve exposta no centro do seu retábulo-mor setecentista, em cima da tribuna. E as de São Francisco de Assis e São João Baptista, que ladeavam o retábulo de talha dourada, colocadas sobre duas peanhas. Por fim, o mobiliário da Capela de onde se destacam, os tocheiros, bancos e duas mesas.

Os recursos museográficos da exposição permanente eram, no contexto do antigo Museu Municipal de Peniche, uma mais-valia para a recriação e compreensão histórica do espaço. Estes objetos que integram o acervo cedido ao MNRL, compõem-se, maioritariamente, de alguns têxteis e mobiliário utilizados para recriar a ambiência das visitas de familiares a presos políticos que decorriam no Parlatório e para complementar cenograficamente o ambiente, já por si degradado, das celas individuais e coletivas onde os presos políticos passavam a maior parte do seu tempo.

Destacamos no quadro infra alguns destes recursos.

Categoria / Denominação	Descrição (sumária)
Mobiliário - bancos	Réplicas dos bancos do Parlatório.
Mobiliário - camas, colchões	Réplicas do mobiliário presente nas celas coletivas e individuais da prisão.
Balde,	Réplicas dos baldes utilizados para recolher água na cisterna e poço.
Têxteis - cobertores, lençóis e vestuário	Réplicas da roupa de cama presente nas celas individuais e coletivas da prisão e do vestuário usado pelos presos.
Malas de viagem	Onde os presos guardavam o seu vestuário e utensílios.

A partir do ano de 2019 e com o objetivo de relatar momentos marcantes da história contemporânea, a partir de objetos, imagens, documentos gráficos e audiovisuais, a instituição iniciou uma estratégia de incorporação de peças e registo de memórias, através da formalização de parcerias de colaboração com diversas instituições nacionais e internacionais, e com a promoção de campanhas junto da comunidade.

Para a doação de objetos e a recolha de testemunhos e depoimentos, foi desenvolvido o projeto “**Histórias de Pessoas, Histórias de Resistência!**” com a realização de entrevistas filmadas e ou depoimentos escritos a antigos presos da Cadeia de Peniche (1934-1974), familiares e pessoas com mundividências e memórias relacionadas o Depósito de Presos de Peniche ou com a cadeia do Forte de Peniche, para que não fiquem silenciadas e sejam transmitidas geracionalmente e se tornem inspiração para muitas pessoas, principalmente dos jovens, no futuro.

O projeto entende a Memória como património imaterial e sujeita-a às ações da cadeia operatória do processo de patrimonialização e musealização: seleção, recolha, incorporação, inventariação, interpretação e comunicação.

A memória como património pode ser vista de diferentes ângulos, no entanto, podemos arriscar dizer que a cadeia do Forte de Peniche sem a memória daquilo que foi, não é mais do que um simples edifício. A UNESCO, por exemplo, na «Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial» (2003), valida a Memória como um meio condutor intergeracional de representações, espaços, práticas, expressões, conhecimento e competências associadas a objetos e artefactos, mas também, instrumentos, espaços culturais evidenciados pelas comunidades. Citando (Jorge, 2003): (...) Se há algo que define o Património enquanto herança cultural e que é comum a todas as suas aceções contemporâneas, esse algo é a imaterialidade. (...) <sup>85</sup>.

O projeto “Histórias de Pessoas, Histórias de Resistência!” aborda as histórias de vida daqueles e daquelas que lutaram pela Liberdade e se tornaram exemplos de resistência, coragem e superação num tempo de repressão e violência. Salientamos que se encontra em fase de desenvolvimento pela equipa do MNRL, com a premissa de constituir um acervo de História oral e escrita, através da recolha de testemunhos de antigos presos da Cadeia do Forte de Peniche, de familiares e outras pessoas com ligações à Fortaleza de Peniche, registados em

---

<sup>85</sup> (Jorge, 2003, p. 11)

entrevistas filmadas ou depoimentos escritos. A constituição deste acervo salvaguarda a memória dos que, por diversas razões, estiveram diretamente envolvidos na luta e resistência ao regime ditatorial do Estado Novo ou que possam contribuir, com o seu testemunho e partilha, para enriquecer o conhecimento sobre este período da história de Portugal.

Damos conta de alguns dos testemunhos no quadro infra.

Testemunhos de antigos presos políticos do Depósito de Presos de Peniche <sup>86</sup> e da cadeia do Forte de Peniche <sup>87</sup> .		
Nome, número do Registo Geral de Presos e datas de prisão.	Biografia prisional (resumo)	Tipo de registo
Álvaro Ribeiro Monteiro Registo Geral de Presos <sup>88</sup> n.º 27940 Entre 1967/12/21 e 1972/07/11	Preso pela primeira vez a 21/12/1967. A 30/05/1970 foi novamente preso, ficando detido na Delegação do Porto até 1/06 desse mesmo ano, sendo transferido para o Forte de Caxias. Julgado a 21/12/ 1970, foi absolvido. A 30/06/1971 foi novamente preso, tendo permanecido no Forte de Caxias até 25/02/1972, data em que foi transferido para a cadeia do Forte de Peniche. Saiu em liberdade a 11/07/1972.	Entrevistas, 1º episódio <sup>89</sup> 2º episódio <sup>90</sup>
José Pedro Correia Soares Registo Geral de Presos <sup>91</sup> n.º 28587	Foi preso a 01/07/1972 com 21 anos. A 7/02/1973 foi internado na Prisão Hospital São João de Deus devido aos efeitos da tortura a que	Entrevistas, 1º episódio <sup>92</sup> 2º episódio <sup>93</sup>

<sup>86</sup> Destinado a opositores ao regime ditatorial do Estado Novo e que funcionou na Fortaleza de Peniche desde o ano de 1934 até ao ano de 1953.

<sup>87</sup> Cujas obras de edificação tiveram início no ano de 1953, funcionando como estabelecimento prisional até à libertação dos presos políticos após o triunfo da Revolução dos Cravos, no dia 27 de abril de 1974.

<sup>88</sup> (*Biografia Prisional de Álvaro Ribeiro Monteiro*, 1967) biografia prisional de Álvaro Ribeiro Monteiro, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>89</sup> (1.ª parte da entrevista a Álvaro Ribeiro Monteiro (vídeo), [s.d.])

<sup>90</sup> (2.ª parte da entrevista a Álvaro Ribeiro Monteiro (vídeo), [s.d.])

<sup>91</sup> (*Biografia Prisional de José Pedro Correia Soares*, 1971) biografia prisional de José Pedro Correia Soares, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>92</sup> (1.ª parte da entrevista a José Pedro Soares (vídeo), [s.d.])

<sup>93</sup> (2.ª parte da entrevista a José Pedro Soares (vídeo), [s.d.])

Entre 1971/07/01 1974/04/27	foi submetido. Julgado e condenado a uma pena de prisão de 3 anos e meio, e a uma suspensão de direitos políticos de 9 anos, a 08/05/1973. A 01/06/1973 foi transferido para a cadeia do Forte de Peniche. Foi libertado no dia 27/04/1974. <sup>2</sup>	
Vítor Manuel Pinto Lima Registo Geral de Presos <sup>94</sup> n.º 28561 Entre 1971/06/30 e 1973/07/02	Preso a 30/06/1971 e julgado a 23/05/1972 com uma pena de 2 anos. Permaneceu na cadeia do Forte de Caxias até 08/06/1972, data em que foi transferido para a cadeia do Forte de Peniche. Foi libertado a 30/06/1973.	Entrevistas, 1º episódio <sup>95</sup> 2º episódio <sup>96</sup>
Adelino Pereira da Silva Registo Geral de Presos <sup>97</sup> n.º 25946 Entre 1963/01/31 e 1972/11/14	Foi preso a 31/01/1963. Julgado a 13/02/1964 e condenado a três anos de prisão e suspensão de direitos políticos durante 15 anos. A 24/03/1964 deu entrada na cadeia do Forte de Peniche. A 27/05/1964 foi novamente julgado e viu agravada a pena em mais 1 ano. Libertado a 10/10/1969.	Entrevistas, 1º episódio <sup>98</sup> 2º episódio <sup>99</sup>
Lúis Alberto Pais de Figueiredo Registo Geral de Presos <sup>100</sup> n.º 28813 Entre 1972-06-27 e 1973-10-23	Preso pela primeira vez em 27/06/1972. Libertado em 23/10/1973.	Entrevista indisponível
José Tavares Marcelino Registo Geral de Presos <sup>101</sup> n.º	Preso pela primeira vez em 16/03/1964. Preso nas instalações da TAP em 15/07/1971. Julgado	Entrevistas, 1º episódio <sup>102</sup>

<sup>94</sup> (*Biografia Prisional de Vítor Manuel Pinto Lima*, 1971) biografia prisional de Vítor Manuel Pinto Lima, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>95</sup> (1.ª parte da entrevista a Vítor Manuel Pinto Lima, [s.d.])

<sup>96</sup> (2.ª parte da entrevista a Vítor Manuel Pinto Lima, [s.d.])

<sup>97</sup> (*Biografia Prisional de Adelino Pereira Da Silva*, 1963) biografia prisional de Adelino Pereira da Silva, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>98</sup> (1.ª parte da entrevista a Adelino Pereira da Silva (vídeo), [s.d.])

<sup>99</sup> (2.ª parte da entrevista a Adelino Pereira da Silva (vídeo), [s.d.])

<sup>100</sup> (*Biografia Prisional de Luís Alberto Pais de Figueiredo*, 1972) biografia prisional de Luís Alberto Pais de Figueiredo, consultada também no CDM do MNRL.

<p>26611 Entre 1964-03-16 e 1972-11-15</p>	<p>a 10/02/1972 e condenado a uma pena de 1 ano e 4 meses de prisão e suspensão de direitos políticos durante 5 anos. Transferido para a cadeia do Forte de Peniche em 25/02/1972. A 29/09/1972 foi transferido para o Hospital-Prisão de Caxias de onde saiu em liberdade em 15/11/1972.</p>	<p>2º episódio<sup>103</sup></p>
<p>Domingos Abrantes Ferreira Registo Geral de Presos<sup>104</sup> n.º 23769 Entre 1959/07/27 e 1973/03/23</p>	<p>Preso a 27/07/1959 sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Português, tendo ficado preso na cadeia do Aljube até outubro do mesmo ano, quando foi transferido para o Depósito de Presos de Caxias. No ano de 1960 transitou entre a cadeia do Forte de Peniche e a cadeia do Aljube para onde regressou em março de 1961. Julgado a 28/11/1961, foi condenado a uma pena de 3 anos e meio e à suspensão de direitos políticos durante 15 anos. A 4/12/1961 evadiu-se do Depósito de Presos de Caxias. Voltou para a prisão em 21/04/1965 por atividades contra a segurança do Estado. Recolheu à cadeia do Aljube. Foi transferido para o Depósito de Presos de Caxias a 24/05/1965. Foi-lhe aplicada uma pena de 6 anos e meio de prisão maior. A 18/10/1969 casou-se com Conceição Matos na cadeia do Forte de Peniche. Foi libertado a 23/03/1973.</p> <p>É o preso político que mais anos permaneceu encarcerado na cadeia do Forte de Peniche, hoje</p>	<p>Entrevistas, 1º episódio<sup>105</sup> 2º episódio<sup>106</sup></p>

<sup>101</sup>(*Biografia Prisional de José Tavares Marcelino*, 1964) biografia prisional de José Tavares Marcelino, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>102</sup> (1.ª Parte da entrevista a José Tavares Marcelino (vídeo), [s.d.])

<sup>103</sup> (2.ª Parte da entrevista a José Tavares Marcelino (vídeo), [s.d.])

<sup>104</sup> (*Biografia Prisional de Domingos Abrantes Ferreira*, 1959) biografia prisional de Domingos Abrantes Ferreira, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>105</sup> (1.ª parte da entrevista a Domingos Ferreira Abrantes, [s.d.])

<sup>106</sup> (2.ª parte da entrevista a Domingos Ferreira Abrantes, [s.d.])

	com 86 anos de idade.	
Fernando José Mendes Rosas Registo Geral de Presos <sup>107</sup> n.º 27142 Entre 1965/01/21 e 1972/10/27	Preso pela primeira vez a 21/01/1965 e transferido para o Depósito de Presos de Caxias a 17/03/1965. Julgado a 11/08/1965 foi condenado a uma pena de 1 ano e 3 meses, com a suspensão de direitos políticos durante 5 anos. Libertado a 16/01/1966, foi preso novamente a 27/08/1971 e novamente julgado a 27/03/1972 a uma pena de 1 ano e 1 mês e à suspensão de direitos políticos durante 5 anos. Deu entrada na cadeia do Forte de Peniche a 12/04/1972 e libertado a 27 de outubro desse mesmo ano.	Entrevista, 1 episódio <sup>108</sup>
José Jaime Ferreira Fernandes Registo Geral de Presos <sup>109</sup> n.º 28 565 Entre 30/06/1971 e 06/04/1974	Preso em 30/06/1971 no Depósito de Presos de Caxias, em 24/04/1972 na cadeia do Forte de Peniche, em 19/07/1972 no Presídio Militar de Santarém.  Posto em liberdade em 02/01/1973, foi novamente preso em 06/04/1974 para o Depósito de Presos de Caxias.  Libertado em 27/04/1974.	Testemunho oral, transcrito <sup>110</sup>
Manuel Quinteiro Gomes Registo Geral de Presos <sup>111</sup> n.º 26508 Entre 1963-12-23 e 1970-05-12	Preso em 23/12/1963 na Cadeia do Aljube. Transferido para o Depósito de Presos de Caxias em 14/02/1964. Deu entrada na Cadeia do Forte de Peniche em 27/09/1964.  Foi transferido para a Prisão Hospital São João	Testemunho oral, transcrito, com imagem <sup>112</sup>

<sup>107</sup> (*Biografia Prisional de Fernando José Mendes Rosas*, 1965) biografia prisional de Fernando José Mendes Rosas, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>108</sup> (*Entrevista Ao Antigo Preso Político, Fernando José Mendes Rosas*, n.d.)

<sup>109</sup> (*Biografia Prisional de José Jaime Ferreira Fernandes*, 1971) biografia prisional de José Jaime Ferreira Fernandes, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>110</sup> (Fernandes, 2019)

<sup>111</sup> (*Biografia Prisional de Manuel Quinteiro Gomes*, 1963) biografia prisional de Manuel Quinteiro Gomes, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>112</sup> (M. Q. Gomes, 2019)

	de Deus em 18/05/1966. Regressou à Cadeia do Forte de Peniche em 11/06/1966 e saiu em liberdade em 25/01/1967.	
António Borges Coelho Registo Geral de Presos <sup>113</sup> n.º 22153 Entre 3/01/1956 e 21/05/1962	Preso no dia 03/01/1956. Julgado a 12/06/1957 e condenado a 2 anos e 9 meses de prisão e à suspensão de direitos políticos durante 15 anos. Deu entrada na Cadeia do Forte de Peniche a 1/10/1957. Em janeiro de 1960 regressa à cadeia do Aljube, na sequência da fuga coletiva da Cadeia do Forte de Peniche, local para onde regressa novamente no final do mês. Libertado a 21/05/1962.	Entrevista, 1 episódio <sup>114</sup>
Rogério Fernando de Sousa Miranda Registo Geral de Presos <sup>115</sup> n.º 28621 Entre 1971/07/28 e 1973/01/28	Preso em 28/07/1971 por atividades contra a segurança do Estado. Em 06/12/1972 foi transferido da cadeia de Caxias para a do Forte de Peniche. Solto em 28/01/1972 por ter terminado a pena.	Testemunho escrito e imagem <sup>116</sup>
Manuel Maria Candeias Registo Geral de Presos n.º 28570 Entre 1971-06-30 e 1973-02-28	Preso pela primeira vez em 30/06/1971. Solto em 28/02/1973.	testemunho escrito <sup>117</sup>
Testemunhos - Familiares de antigos presos políticos do Depósito de Presos de Peniche e da cadeia do Forte de Peniche.		

<sup>113</sup> (*Biografia Prisional de António Borges Coelho*, 1956) biografia prisional de António Borges Coelho, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>114</sup> (Coelho, n.d.)

<sup>115</sup> (*Biografia Prisional de Rogério Fernando de Sousa Miranda*, 1971) biografia prisional de Rogério Fernando de Sousa Miranda, consultada também no CDM do MNRL.

<sup>116</sup> (R. F. de S. Miranda, 2019)

<sup>117</sup> (Candeias, 2020)

<b>Nome</b>	<b>Relação histórica ou familiar</b>	<b>Tipo de registo</b>
Amélia Luís	Ex-refugiada que viveu no Centro de Acolhimento de Refugiados instalado na Fortaleza de Peniche em 21 de setembro de 1977.	Testemunho com vídeo e imagem <sup>118</sup>
Mónica Brás de Almeida	Filha de António Almeida, preso na cadeia do Forte de Peniche de dezembro de 1967 a dezembro de 1969 (2 anos).	Testemunho escrito e com vídeo <sup>119</sup>
Ana Pedro	Filha de Manuel Pedro, preso de 13/02/1958 a 10/05/1958 (2 meses e 26 dias) e novamente preso em 20/05/1959. Julgado em 08/05/1960 e condenado a 2 anos com medidas de segurança. Libertado em 14/12/1964, mediante pagamento de caução (5 anos, 6 meses e 22 dias). Novamente preso em 25.05.1969. Julgado em 07/03/1970 e condenado a 5 anos e 4 meses. Libertado em 27/04/1974 (4 anos, 11 meses e 2 dias).  Preso na cadeia do Forte de Peniche de 20/03/1964 a 14/04/1964 (21 dias) e de 13/03/1970 a 27/04/1974 (4 anos, 1 mês e 14 dias).	Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem <sup>120</sup>
Carlos Vitoriano	Filho de José Vitoriano, preso em 30/06/1948 e condenado a 2 anos e 6 meses de prisão. Libertado em 14/05/1951 (2 anos, 10 meses e 13 dias). Novamente preso em 22/01/1953. Julgado em dezembro de 1956 e condenado a 4 anos e 8	Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem <sup>121</sup>

<sup>118</sup> (Luís, 2021)<sup>119</sup> (Almeida, n.d.)<sup>120</sup> (Pedro, n.d.)<sup>121</sup> (Vitoriano, n.d.)

	<p>meses. Libertado em 05/08/1966 (13 anos, 6 meses, e 12 dias).</p> <p>Totalizou cerca de 17 anos de prisão.</p> <p>Preso no Depósito de Presos de Peniche de 11/06/1949 a 14/05/1951 (1 anos, 11 meses e 3 dias) e de 01/06/1954 a 02/08/1966 (12 anos, 2 meses e 1 dia).</p>	
<p>Maria Luísa Correia Azevedo d’Espiney</p>	<p>Filha de Sérgio António Pires de Carvalho d’Espiney, preso em 30/07/1967. Julgado em 01/06/1968 (10 meses e 1 dia). Libertado em novembro de 1972.</p> <p>Preso na cadeia do Forte de Peniche de 17.06.1968 a 16.04.1970 (sai em liberdade condicional) (1 ano, 9 meses e 28 dias).</p>	<p>Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem<sup>122</sup></p>
<p>Margarida Machado</p>	<p>Filha de João Joaquim Machado, preso em 31/05/1945 e libertado em 22/10/1945 (4 meses e 19 dias). Novamente preso em 05/08/1947 e libertado em 28/11/1947 (3 meses e 23 dias). Novamente preso em 03/07/1949 e julgado no ano de 1949. Libertado em 25/11/1951 (2 anos, 4 meses e 22 dias). Preso novamente no ano de 1958 e libertado no mesmo ano (1 ano +/-). Preso em 13/05/1962 e condenado a 2 anos e 8 meses e medidas de segurança. Em 14/05/1962 foi transferido para o Depósito de Presos de Caxias.</p> <p>Libertado em 21/02/1968 (5 anos, 9 meses e 8 dias)</p>	<p>Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem<sup>123</sup></p>

<sup>122</sup> (Espiney, n.d.)

<sup>123</sup> (Machado, n.d.)

	<p>Preso na Cadeia de Peniche de 16/03/1950 a 25/11/1951 (1 ano, 8 meses e 9 dias). Em 1967 encontrava-se preso na cadeia do Forte de Peniche.</p>	
<p>Maria Eugénia Varela Gomes</p>	<p>Filha do Coronel João Maria Melo Varela Gomes, preso em 01/01/1962. Julgado em 29/07/1964 e condenado a 10 anos de prisão. No total esteve 6 anos preso.</p> <p>Preso na cadeia do Forte de Peniche de 25/09/1964 a 08/09/1967 (2 anos, 11 meses e 12 dias). Há uma referência que indica estar na cadeia do Forte de Peniche no ano de 1968.</p>	<p>Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem<sup>124</sup></p>
<p>Rui Ramos e Mabília Ramos</p>	<p>Filhos de Adolfo Assis Ramos, preso na cadeia do Forte Peniche de 16/03/1957 a 17/11/1964 (7 anos, 8 meses e 1 dia).</p>	<p>Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem<sup>125</sup></p>
<p>Eulália Miranda e Silvina Miranda</p>	<p>Filhas de Dinis Miranda, preso em 11/02/1949 e libertado em 23/12/1952 (3 anos, 10 meses e 12 dias). Novamente preso em 17/03/1955 e libertado em 26/07/1955 (4 meses e 9 dias).</p> <p>Preso em 23/01/1959, acabou por evadir-se da Cadeia Central do Norte, em Paços de Ferreira, em 16/12/1959 (10 meses e 22 dias). Preso em 23/05/1967 e libertado em 27/04/1974 (6 anos, 11 meses e 4 dias).</p>	<p>Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem<sup>126</sup></p>

<sup>124</sup> (M. E. V. Gomes, n.d.)

<sup>125</sup> (Ramos & Ramos, n.d.)

<sup>126</sup> (E. Miranda & Miranda, n.d.)

	Preso na cadeia do Forte de Peniche de 08.08.1967 a 27.04.1974 (6 anos, 8 meses e 19 dias)	
Mário Rui Sena Lopes e José António Sena Lopes	Filhos de Mário Vítor Sena Lopes, preso em 24/01/1953 e condenado a 2 anos e medidas de segurança. A última libertação foi em 18/04/1974.  Preso na cadeia do Forte de Peniche de 03.04.1962 a 21.11.1966 (4 anos, 7 meses e 18 dias).	Testemunho com vídeo (registo indisponível) e imagem <sup>127</sup>

A comunidade penichense mostrou-se colaborativa e consciente da importância da campanha de recolha de testemunhos e do projeto do novo Museu Nacional, doando para a sua coleção, peças de várias categorias e tipologias e testemunhando as suas memórias enquanto presos políticos ou familiares, ou enquanto funcionário ou familiar de guardas da antiga Cadeia Política ou ainda enquanto meros cidadãos cuja vida foi fortemente condicionada e ensombrada pela presença da Cadeia Política.

Com o objetivo de envolver a comunidade de Peniche no processo de instalação do Museu foi desenvolvido o projeto “**As minhas Memórias da Cadeia do Forte de Peniche**” que consiste no registo em vídeo ou na forma escrita das histórias pessoais associadas à antiga Cadeia. São registos que contribuem para a memória histórica coletiva que o MNRL pretende não deixar cair no esquecimento. Foram documentadas histórias de vida como a de Otilia Alves, filha do antigo guarda da prisão Jorge Alves que participou na fuga da Cadeia de Peniche de 3 de janeiro de 1960, que relatou os momentos mais marcantes da sua infância e a emigração para a Roménia, onde o pai veio a falecer.

No âmbito protocolar, damos conta da formalização de oito protocolos de cooperação entre a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e várias associações e instituições de índole cultural e política que se prontificaram a colaborar com o MNRL, nomeadamente: a

<sup>127</sup> (Lopes & Lopes, n.d.)

Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (NAM), a Associação Patrimonium de Peniche, o Partido Comunista Português (PCP), a URAP, Ephemera - Associação Cultural, o Arquivo Alemão Arolsen, a Sousa Mendes Foundation de Nova Iorque e o Comité Sousa Mendes de Bordéus.

No protocolo estabelecido com a Ephemera, Associação Cultural<sup>128</sup> ficou definido o compromisso de cedência em regime de depósito temporário, de alguns dos objetos e documentos pertencentes ao seu Arquivo Biblioteca, e identificados como relevantes para completar e enriquecer a futura exposição permanente do MNRL.

Foram formalizados mais dois protocolos<sup>129</sup> com o PCP e a URAP e estabelecido em ambos o compromisso mútuo de colaboração na criação de conteúdos do MNRL, bem como, de cedência temporária de peças identificadas como relevantes para completar e enriquecer o museu, em regime de depósito ou doação.

O protocolo<sup>130</sup> com a NAM (Não Apaguem a Memória) estabeleceu no seu articulado o mesmo compromisso dos seus antecessores.

Neste âmbito protocolar, em 11 de maio de 2021, a URAP cedeu de forma temporária ao MNRL, para estudo e investigação, um conjunto de onze peças composto por acervo documental e objetos relacionados com o quotidiano prisional, na sua maioria pertencentes a antigos presos políticos do Campo de Concentração do Tarrafal. Pese embora, não se tratar de uma incorporação, por estarmos perante um depósito temporário, destacamos as peças do quadro infra.

<b>Categoria designação</b>	<b>Descrição</b>
---------------------------------	------------------

<sup>128</sup> José Pacheco Pereira é presidente da Ephemera, Associação Cultural, membro da CICAM e do CEMP. O protocolo foi assinado a 22 de janeiro de 2022, numa das sedes da associação, em Vila da Marmeleira, Rio Maior.

<sup>129</sup> Os protocolos foram formalizados em 17 de julho de 2020. O PCP e a URAP integram a CICAM.

<sup>130</sup> Formalizado em 15 de março de 2021.

Acervo documental - Álbum de fotografias	Álbum de fotografias de Herculana Carvalho. As fotografias foram realizadas no Campo de Concentração do Tarrafal e em diversas localidades de Portugal.
Caixa de madeira para enrolar tabaco	Pertença de João Rodrigues da Silva (João da Varina), preso político com várias prisões em Monsanto, Guiné, Aljube e Tarrafal, desde (?) até 02-02-1946.
Par de tairocas	Pertencentes a Virgílio Martins, preso político no Tarrafal desde 17-10-1936, usadas durante o seu tempo de prisão no campo de concentração em Cabo Verde, com as seguintes palavras na tairoca do pé esquerdo «Feitas pelos forçados, para se defenderem da terra escaldante que lhe queimava os pés, com madeira que vinha da Guiné, para queimar na cozinha» e na tairoca direita «"Tairocas" Tarrafal = a "Campo da Morte Lenta". Assinado: Virgílio Martins.
Livro de registos	Um livro com os registos de 1156 entradas e saídas de presos no Posto Médico do Tarrafal, como data de início de 23 de novembro de 1938 e de fim a 18 de setembro de 1941, rubricado pelo médico Esmeraldo Prata.
Crachá	Da PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, com a identificação do agente Gomes, nº 175/403.

Neste conjunto, tem especial interesse o álbum de fotografias que retrata a visita de Herculana da Costa Carvalho ao filho Guilherme da Costa Carvalho, preso no “Campo da Morte Lenta”, como também era conhecido o campo do Tarrafal, localizado em Chão Bom, ilha de Santiago, Cabo Verde. E também a visita que fez aos familiares dos presos políticos que conheceu neste campo, quando regressou a Portugal. Acresce ainda as fotografias que tirou a cada uma das campas de portugueses mortos no Campo de Concentração do Tarrafal, onde Herculana colocou flores.

Cumpram também dar destaque à Associação Património de Peniche porque desde logo abraçou o projeto do MNRL e tem procurado estabelecer uma cooperação com o museu,

de continuidade, tanto na organização eventos culturais como na doação de documentos, com a de um conjunto de dezoito jornais "A voz do mar".

No que respeita à incorporação de peças, pertencentes à comunidade penichense, a antigos presos políticos e familiares, destacamos as vertidas no quadro infra.

<b>Categoria / designação</b>	<b>Descrição</b>
Equipamento e utensílios - Guarda Joias Acervo documental - Caderno de lições	Victor Valido doou um Guarda Joias, um Caderno de problemas datado de 1 de maio de 1938 e um Caderno de lições datado de 13 de maio de 1938, ambos manufacturados no antigo Depósito de Presos de Peniche e pertencentes ao seu pai, Luís Filipe Valido, antigo preso político nº 9884, detido de 30/04/1938 a 2/02/1939 no Depósito de Presos de Peniche.
Têxteis - Uniforme da Mocidade Portuguesa	António Manuel Martins Santiago visitou a exposição “Por teu livre pensamento” no verão de 2019 e seguidamente doou o seu próprio Uniforme da Mocidade Portuguesa.
Música - Disco-vinil	José Rui Veiga doou um disco-vinil com a gravação dos discursos de Benito Mussolini em 18 de novembro de 2021, para enquadramento dos regimes fascistas europeus.
Acervo documental - calendários Arte - LP duplo em vinil	Maria Suzel Pessoa Tristão de Miranda Lopes, residente em Peniche, doou calendários de 1984 da Série A – “SÁ CARNEIRO EO PPD/PSD” e “Sá Carneiro e o PPD/PSD”, livros e um LP duplo em vinil “As vozes do 25 de Abril”.
Acervo documental - Abaixo Assinado	Teresa Veiga Furtado doou um Abaixo-Assinado dirigido ao Prof. Doutor António de Oliveira Salazar pedindo a sua demissão, datado de 18 de março de 1959, produzido por António Areosa Feio.
Acervo documental - autocolantes, calendários, postais e	Elisabete Assunção Oliveira da Silva Pessanha doou um conjunto documental de novecentos e oitenta e oito autocolantes, calendários, postais e ingressos, para a divulgação e propaganda de ações

ingressos	organizadas entre os anos de 1974 e 2014.
Acervo documental - diploma e documento	Luís Alberto Pais Figueiredo, antigo preso político da cadeia do Forte de Peniche, doou um diploma do torneio de voleibol realizado na Cadeia do Forte de Peniche em 1973 e um documento com jogadas de xadrez realizadas na Cadeia do Forte de Peniche no mesmo ano.
Acervo documental - jornal	Adelino Pereira da Silva, antigo preso político da cadeia do Forte de Peniche, doou o suplemento dos 50 anos do Jornal “Avante!” de 12 de fevereiro 1981;
Acervo documental - revistas, postais ilustrados, livros e jornais	Adriano Constantino, residente em Peniche, doou sessenta e cinco documentos, tais como revistas “O Século Ilustrado”, um conjunto de postais ilustrados que representam a cidade de Peniche desde finais do século XIX até à década de setenta, livros e jornais do “Movimento 25 de Abril – Boletim informativo das Forças Armadas”.

### 3.3. Inventariação – procedimento

No que diz respeito aos procedimentos de gestão de coleções sabemos que não existe uma normalização portuguesa e apenas orientações de carácter genérico com informações mínimas para a qualificação da gestão de coleções. Apesar deste panorama não ser o mais favorável, sobressaem sobretudo os esforços de enquadramento legal vertidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, o Decreto Normativo n.º 3<sup>131</sup> e o programa comum de inventário das coleções museológicas dos museus tutelados pela DGPC - o Matriz - que disponibiliza parte dos seus registos na internet e, por fim a publicação dos vários volumes de Normas de Inventário pelo antigo Instituto dos Museus e da Conservação (ex-IMC).

No entanto, existem exemplos de instituições internacionais que têm vindo a criar normas de referência na área da documentação e gestão de coleções de museus, a título de exemplo referimos as ferramentas disponibilizadas pela Associação de Documentação em Museus (Museum Documentation Association - MDA)<sup>132</sup> como o SPECTRUM *standard*<sup>133</sup>, as orientações publicadas pelo Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums - ICOM) através do Comitê Internacional de Documentação (International Committee for Documentation - CIDOC)<sup>134</sup> ou ainda a Rede Canadense de Informações sobre o Património (Canadian Heritage Information Network - CHIN), que são os modelos mais seguidos a nível internacional.

Neste âmbito, salientamos a importância do trabalho<sup>135</sup> desenvolvido por Alexandre Manuel Ribeiro Matos que traduziu e adaptou a norma SPECTRUM à realidade e contexto legal nacionais. Pelo que nos foi possível perceber esta norma vai muito além de inventário e catalogação.

Atualmente, entende-se por inventário em contexto museal, um conceito abrangente integrado nos contextos de Sistemas de Informação, Sistemas de Gestão Documental e das Ciências da Informação. Com o desenvolvimento da informática, as entidades museológicas passaram a reunir, produzir e sistematizar informação sobre as suas coleções, numa lógica que

<sup>131</sup> (Decreto Normativo n.º 3/2006, 2006) p. 606, 11 e 12.

<sup>132</sup> (MDA - Museum Documentation Association - MDA (Ferramentas de Trabalho), n.d.)

<sup>133</sup> (MDA, Norma SPECTRUM Standard, n.d.) a norma pode ser obtida através da página da MDA.

<sup>134</sup> Como por exemplo a tradução para língua portuguesa da (ICOM-CIDOC, 2014)

<sup>135</sup> (A. Matos, 2013, p. 6)

procura reunir e facilitar o acesso a toda a informação, independentemente da sua natureza e localização. Ainda, o inventário passou a ser utilizado como base para a investigação, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão do acervo e segurança (ICOM, 2004).

No que respeita aos procedimentos inerentes ao processo de inventário, entendemos, em primeira instância, que os bens culturais podem ser inventariados de acordo com três possibilidades:

- Registo/cadastro - que consiste numa ficha elementar onde são colocados os principais elementos de identificação do objeto;

- Inventário museológico sumário – onde é registada uma identificação sumária da peça, que abrange o proprietário, o número, a denominação e dados de incorporação, a autoria, a datação, as dimensões e uma imagem,

- Inventário museológico desenvolvido - que complementa a informação presente no inventário sumário, com outros elementos que caracterizam o objeto, nomeadamente aqueles que estão relacionados com a interpretação, a proveniência, a produção, a descrição e o percurso que realizou ao longo do tempo, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações.

A direção do MNRL, num contexto de funcionamento e abertura parcial dos espaços do futuro Museu, entendeu que o Inventário museológico desenvolvido era o mais adequado para a sua coleção. Esta decisão vai ao encontro do Código Deontológico do ICOM para Museus (ICOM, 2009) (aprovado pela XV Assembleia Geral do ICOM, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de Novembro de 1986, modificado na XX Assembleia Geral em Barcelona, Espanha, em 6 de Julho de 2001 e revisto pela XXI Assembleia Geral realizada em Seul, Coreia do Sul, em 8 de Outubro de 2004), que “estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal” (ICOM, 2009, p. 1, <https://bityl.co/GKET> (consultado em 22/12/2022), inclui várias referências à documentação e inventário em várias secções e reserva um ponto na secção 2, no capítulo de Protecção de acervos, para considerações acerca da Documentação de acervos.

A ficha de inventário das peças inventariadas no MNRL é informatizada (ficheiro Excel) e impressa, organizada em dossiers, existindo também um registo digital original e

uma cópia de segurança. As peças que se encontram na instituição em situação de depósito não são inventariadas com a mesma profundidade de informação que as peças pertencentes ao museu. No entanto, é realizado sempre um registo atualizado das peças em depósito na instituição, no qual constam a designação da peça, o nome do depositante (instituição ou particular), a data de depósito e a data de cessão do depósito. Em caso de necessidade, a marcação destas peças é sempre provisória com etiqueta de papel, por exemplo.

O modelo de ficha de inventário das peças incorporadas no acervo do museu é o mesmo para todas as peças e exemplificamo-lo com a Ficha n.º MNRL.04.2020, referente a espólio documental - Revista "O Século Ilustrado", n.º 1896 de 4-5-1974, "O povo unido jamais será vencido"<sup>136</sup>, cujos campos analisaremos com mais detalhe.

---

<sup>136</sup> Consultar a

A construção da ficha de inventário teve como ponto de partida a consulta da bibliografia de referência sobre o assunto, nomeadamente os campos da Base de Dados Matriz 3.0; as Normas de Inventário, uma linha editorial publicada pela DGPC a partir do ano de 1999 que conta já com 14 títulos de Cadernos de Normas Gerais e Cadernos de Normas Específicas, construídos através do trabalho desenvolvido pelos Museus dependentes da DGPC e por parcerias estabelecidas com entidades externas. A coleção aborda as boas práticas e contém também orientações técnicas para o inventário de áreas relevantes do património cultural móvel nacional.

Um campo que podemos considerar essencial na ficha de inventário, independentemente da área de estudo, é o da Identificação com o Número de Inventário e Denominação da peça. Tratando-se de uma instituição criada de raiz com algum do acervo reunido anteriormente pelo Museu Municipal de Peniche, a direção decidiu-se pela numeração sequencial e única comum a todas as coleções, precedida da sigla (maiúsculas) que a identifica MNRL e seguida do ano de entrada da peça na instituição. Para as peças pertencentes a um conjunto, optou-se por manter a referência para todo o conjunto e repeti-la para cada um dos elementos constitutivos, sendo estes numerados de forma sequencial e separados do ano de entrada da peça por meio de barra (/).

Outros campos são igualmente importantes para áreas de estudo individuais, como o campo Título para acervo de Arte ou o campo Período/Data para acervo de arqueologia.

Os campos Oficina/Fabricante e Datação são importantes para a investigação e acesso público.

Alguns campos são particularmente importantes para a gestão e segurança das coleções, como o Número de Inventário, Descrição, Dimensões, Localização, Marcas e Inscrições, Informação Técnica e Multimédia. E podemos considerar o Campo Incorporação

---

como confidencial uma vez que contém Dados pessoais do Doador, tais como Contactos, Morada, Cartão de Cidadão e Número de Identificação Fiscal.

Note-se que a investigação e estudos desenvolvidos pelos técnicos do MNRL não devem comprometer as exigências de confidencialidade das peças, devendo os mesmos proteger a informação considerada confidencial, tais como informações referentes à segurança e avaliação das peças.

O museu é um espaço público pelo que a informação inerente às peças deve ser considerada de uso público e estar acessível, mediante solicitação escrita e fundamentada e até ao nível considerado de acessibilidade própria para cada tipo de utilizador. O acesso à documentação é condicionado sempre que os dados constantes do processo sejam considerados confidenciais pela instituição, nomeadamente quando a sua divulgação pode pôr em causa a integridade e a segurança das peças, ou quando as peças depositadas ou doadas, tenham acopladas normas restritivas impostas pelos depositantes ou doadores. Informação relacionada com avaliação, contratos de seguro, plano de segurança, contratos de doação e de depósito e localização das peças em reserva e dados pessoais é considerada sensível.

No seguimento das componentes do processo de Gestão Patrimonial do MNRL e partindo do pressuposto de que para se inventariar é absolutamente necessário um olhar voltado aos espaços da vida, procurando identificar as referências culturais que formam o património do local, cabe aqui fazer referência ao Inventário Participativo do MNRL.

O património cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de uma comunidade e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e aos seus antepassados e que se querem transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura da cidade de Peniche, alguns podem ser considerados património cultural. São elementos tão importantes para a comunidade que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é através deles que a comunidade se revê e quer ser reconhecida pelos outros.

Como exemplos, citamos a paisagem do Forte de Peniche e som do mar bravio e tempestuoso, em especial durante o inverno, que os antigos presos políticos da cadeia do Forte de Peniche têm muito presente nas suas memórias e verbalizam nos seus testemunhos; a comida que lhes era confeccionada e servida, baseada em produtos locais, chicharro ou cavala; uma brincadeira de crianças, que os filhos de refugiados e retornados alojados no Centro de

Acolhimento de Refugiados de Peniche recordam de forma nostálgica; o som estridente dos apitos dos guardas da cadeia do Forte de Peniche; o jogo de voleibol no recreio entre o Pavilhão Prisional A e B que os antigos presos políticos relatam; as longas viagens e as privações a que uma família estava sujeita para poder visitar o seu familiar detido na cadeia do Forte de Peniche; a enorme tensão das visitas no Parlatório, local onde estavam obrigados a falar muito alto para que todas as conversas fossem perceptíveis pelos guardas que as podiam interromper sob qualquer pretexto; as memórias de infância de crianças, filhas de antigos presos políticos, que detinham a imagem do “pai sem pernas” porque durante as visitas no Parlatório nunca o puderam observar para além da cintura para cima e com um guarda na sua retaguarda, ou as memórias das férias que marcam toda uma infância, passadas nas colónias de férias para filhos de presos políticos, promovidas pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e em especial, pela sua proximidade à Fortaleza, as das crianças frequentadoras da Casa do Anjo, no Baleal (freguesia de Ferrel, Peniche) a partir de 1973.

O património cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família e assim relaciona e interliga as pessoas, e daí o seu poder como fator de coesão social. É sempre algo coletivo: uma história partilhada, um edifício, uma forma de vida ou um lugar que muitos acham importante, são elementos à volta dos quais muitas pessoas da comunidade se identificam. O património cultural faz parte da vida destas pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, nem sequer conseguem expressar o quanto é importante e porque razão o é.

Só recorrendo ao inventário participativo é possível descobrir e documentar as referências culturais que constituem o património da comunidade penichense, do território em que se insere e dos grupos que dela fazem parte.

A metodologia do inventário participativo do MNRL passa muito pela auscultação e atenção ao visitante: que tanto pode ser um antigo preso político como um antigo guarda da cadeia do Forte de Peniche, um antigo carteiro residente em Peniche como um antigo refugiado que viveu nas instalações e celas prisionais da antiga cadeia adaptada o funcionamento do Centro de Acolhimento de Refugiados de Peniche em 21 de setembro de 1977, uma senhora residente em Peniche que realizou entregas de hortícolas na cozinha da cadeia, como um senhor que durante a infância visitou o pai preso por inúmeras vezes. De forma voluntária e muito espontânea, todas estas pessoas partilham a sua experiência e

transmitem as suas memórias e vivências relacionadas com o lugar. No momento, o testemunho é conduzido com base num guião e adaptado a cada situação, havendo também o registo do testemunho para depois ser incorporado no CDM do MNRL.

Este inventário é, primordialmente, uma ação cívica e uma atividade de educação patrimonial que está a ser realizada quotidianamente pelos técnicos do museu em contacto direto com o público. Portanto, o objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas que detêm as referências culturais a serem inventariadas.

No âmbito da metodologia participativa estão previstas saídas de campo com o objetivo de desenvolver diálogos com a comunidade penichense para que os diferentes grupos e diferentes gerações se conheçam e se compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade. As atividades de campo consistem em entrevistar pessoas e documentar, através de anotações, filmagens, desenhos e fotografias. Estes registos serão depois analisados e resultarão no preenchimento das fichas que fazem parte do inventário.

Importa aqui, também, contextualizar o inventário participativo e lembrar o Portugal do início dos anos 80, que vivia ainda o rescaldo da revolução iniciada em 25 de abril de 1974. Tempos de profunda transformação da sociedade, onde o fim da censura e a afirmação da liberdade, criaram a conjuntura e sinergias necessárias para a germinação de processos participativos, com grande ênfase no surgimento dos Museus Locais, como é o caso do Museu Municipal de Peniche, que a Câmara Municipal de Peniche instala na Fortaleza, no ano de 1984. Inicia-se assim uma rede de relações com muito em comum e estabelecem-se diálogos entre pessoas e museus em Portugal, e com outras realidades internacionais.

O desafio atual da Museologia Social passa pelo uso dos processos museológicos para agregar e relacionar as pessoas. Para as fazer estar próximas e construir coletivamente as memórias que lhes são relevantes, para lhes dar dignidade. Para isso é necessário abrir as portas. Sair para a rua e procurar o que é relevante. Questioná-las para que elas mesmas se representem e propor que o espaço do museu seja o lugar escolhido para se reunirem. Este é o MNRL, um museu que procura respostas para o pulsar do mundo. Que anseia compreender o território e a cidade de Peniche como espaço de cidadania. Um museu promotor de ação na comunidade.

## CONCLUSÃO E PROPOSTA PARA O FUTURO

Concluído o trabalho de pesquisa para efeitos de relatório de estágio, consideramos essencial apresentar uma reflexão crítica e um conjunto de propostas para o MNRL, que sejam o nosso contributo pessoal para a melhoria da instituição. Assim, selecionamos para apresentação e análise, nove memoriais e museus nacionais e estrangeiros, com base em fundamentos patrimoniais, históricos, museológicos e museográficos.

Os critérios de seleção recaíram sobre espaços que abordam períodos de repressão política estabelecidos durante a vigência de regimes políticos ditatoriais e conflitos bélicos. Esta opção por instituições que têm temas análogos e em diferentes países (Alemanha, Portugal, Brasil, Paris, Holanda, Inglaterra, Polónia e Estados Unidos), pretende uma breve mas abrangente comparação dos seus aspetos museológicos e museográficos e, também, ser uma sugestão para a direção do MNRL aquando da conceção de linhas programáticas e exposições futuras.

Parece-nos que esta comparação é especialmente pertinente, num contexto de encerramento ao público do MNRL, desde o dia 9 de fevereiro de 2022, para uma profunda intervenção nos espaços, que vão ficar munidos de infraestruturas e condições de visita e permitir a reabertura ao público no âmbito das comemorações nacionais dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

As instituições e exposições consultadas virtualmente são as seguintes:

- Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum (Museu e Memorial Auschwitz-Birkenau, Alemanha)<sup>137</sup>
- Hollandsche Schouwburg – The National Holocaust Museum & Memorial (Museu Nacional do Holocausto de Amsterdão e Memorial, Holanda)<sup>138</sup>
- Jewish Museum London [Museu Judaico de Londres, Inglaterra]<sup>139</sup>
- Mémorial de la Shoah de Paris (Memorial Shoah de Paris, França)<sup>140</sup>
- Museu do Aljube Resistência e Liberdade (Lisboa, Portugal)<sup>141</sup>

<sup>137</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau, Antigo Campo de Concentração e Exterminação Nazista Alemão.*, n.d.)

<sup>138</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Hollandsche Schouwburg*, n.d.)

<sup>139</sup> Mais detalhes em (*Portal Do The Jewish Museum London*, n.d.)

<sup>140</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Mémorial de La Shoah de Paris*, n.d.)

<sup>141</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Museu Do Aljube Resistência e Liberdade*, n.d.)

- Museo de la Memoria y los Derechos Humanos - MMDH (Museu da Memória e dos Direitos Humanos, Santiago do Chile, Chile)<sup>142</sup>
- Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo, Brasil)<sup>143</sup>
- Topography of Terror Foundation (Fundação Topografia do Terror, Berlim, Alemanha)<sup>144</sup>
- United States Holocaust Memorial Museum – USHMM (Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, Washington, DC)<sup>145</sup>

Entre estas instituições existem vários denominadores comuns, por um lado, observamos que as exposições permanentes e/ou temporárias são a principal ferramenta de comunicação museológica e o produto visível de um processo de musealização direcionado para a construção de uma narrativa expositiva que facilita e promove a difusão de conhecimento e que porquanto, estabelece relações de proximidade entre o público e a instituição.

Por sua vez, a museografia entendida por Mário Moutinho (Moutinho, 2000) como «recurso para desenvolver e apresentar ideias dentro e fora do Museu»<sup>146</sup>, apresenta uma significativa diversidade de recursos: instalações cenográficas, como a galeria de retratos Tower of Faces do Museu de Washington; a de uma antiga cela prisional, com coluna, estrutura em ferro, porta e grades originais, mas também, materiais e objetos reconstruídos, como o piso em madeira, os colchões, as toalhas, o azulejo preto e branco, o lavatório e as inscrições das paredes feitas por antigos presos do Memorial da Resistência de São Paulo; iconografia histórica de grande formato; tecnologia avançada aplicada em instalações multimédia e interativas, como a do Museu Judaico de Amsterdão, instalada no prédio histórico de uma sinagoga do século XVIII, com estações interativas e educativas, que constituem percursos paralelos de visita para as famílias, e como a plataforma digital “Justicia” e a instalação multimédia “Más que Nunca” do Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago do Chile, que são uma base de dados que reúne e permite ao visitante

---

<sup>142</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Museo de La Memoria y Los Derechos Humanos - Museu Da Memória e Dos Diretos Humanos (MMDH)*, n.d.)

<sup>143</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Memorial Da Resistência de São Paulo*, n.d.)

<sup>144</sup> Mais detalhes em (*Portal Da Fundação Topografia Do Terror.*, n.d.)

<sup>145</sup> Mais detalhes em (*Portal Do Museu Memorial Do Holocausto Dos Estados Unidos*, n.d.)

<sup>146</sup> (Moutinho, 2000, p. 10)

pesquisar cerca de 150 sentenças judiciais prévias e definitivas correspondentes a processos judiciais que investigaram e sancionaram atos de violência contra os direitos humanos perpetrados no Chile entre 1973 e 1990; e uma instalação multimédia que dá a conhecer testemunhos sobre as memórias indígenas do período ditatorial entre 1973 e 1990, a autonomia e o território, a identidade e a cultura, e a relação entre a sociedade Chilena e o Estado.

Este conjunto de objetos e suportes expositivos reveste-se duma linguagem interativa muito atraente para o visitante, porque apela e desperta as emoções, os sentidos e a memória, inserindo-se no âmbito da ‘museografia das ideias’, a que se refere Moutinho (1994)<sup>147</sup> ao explorar a construção do objeto museológico para a transmissão da narrativa museológica.

No contexto das narrativas, as instituições privilegiam uma relação afetiva com o passado e uma produção narrativa desse passado com base na experiência humana individual, especialmente através do testemunho que participa ativamente na criação de uma paisagem memorial. A testemunha é o “passador”, o intermediário com a “cena histórica”, que mobiliza simultaneamente, a imaginação e os quadros de referências interpretativos, os sentimentos e os afetos. Ao contrário da narrativa histórica, esta narrativa permite reconstruir uma ligação com o passado que já não é só de domínio exclusivo do especialista.

Observa-se que a tendência é a de aproximar a história do público através da recolha e apresentação de testemunhos individuais das vítimas e da vida normal que tinham antes de perderem os seus direitos e liberdades. A perceção de que a memória traumática se constitui como *locus* de um tipo de experiência específica válida, despertou a atenção geral de todos os museus e memoriais para os testemunhos de sobreviventes, participantes e vítimas do acontecimento histórico, permitindo aprofundar as leituras.

Esta estratégia pode ser observada com especial aprofundamento no Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago do Chile que desenvolve um trabalho de permanente investigação com fontes orais, utilizando o registo audiovisual para gerar novos conteúdos que levam ao estudo, análise e compreensão do período da Ditadura no Chile, e que são materializados no desenvolvimento de produtos audiovisuais com fins museográficos, educativos e de difusão. Também a observamos nas estações com histórias das vítimas no

---

<sup>147</sup> (Moutinho, 1994, p. 21)

Memorial de la Shoah de Paris; nos suportes audiovisuais com testemunhos sobre o cotidiano na prisão no Memorial da Resistência de São Paulo; no projeto de recolha de testemunhos do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade; no hall de entrada do Memorial aos Judeus Europeus Assassinados em Berlim; nos folhetos em formato de passaporte das vítimas, disponíveis no museu de Washington, etc.

Estes testemunhos pessoais e iconografia de vidas ‘normais’ adicionam uma tônica de ‘drama’ pessoal ao acontecimento histórico, que de outra forma seria muito difícil dar a conhecer e, ao mesmo tempo, provocam nos visitantes relações com o seu universo familiar e particular, para além de uma experiência sensorial: sensações impactantes e desconfortantes, transmitidas.

Construir o património de acontecimentos históricos contemporâneos conflitantes implica um processo compartilhado entre especialistas e comunidades sociais, e se for incorporado pelos detentores de memória, através do seu testemunho oral ou escrito, estes participam da transmissão desse passado difícil no âmbito de museus de história, tornando-se um objeto central no processo de construção da memória histórica coletiva, que de outra forma seria muito mais difícil de dar a conhecer.

Embora a exposição esteja no núcleo das atividades museológicas, todas as instituições observadas apresentam um programa de ações culturais e de educação solidificado e abrangente, que compreende: a conceção de exposições temporárias; a organização de seminários e palestras; ciclos de cinema; ações de sensibilização fora dos museus e memoriais, e também a produção e circulação de exposições em parceria com outras instituições; visitas orientadas e atividades educativas para todos os públicos-alvo e em especial grupos escolares etc.

Percebe-se a existência de uma visão partilhada sobre a função educativa, que passa pela educação, conscientização e sensibilização do público (em especial o jovem) dos perigos do racismo cultural e da intolerância, pela promoção dos direitos humanos, das liberdades e garantias e da diversidade, de valores humanitários e, em especial, pela formação de sujeitos dotados de espírito crítico. O compromisso é com uma cultura de diálogo e compreensão, o desafio é a reflexão crítica e a abordagem da memória enquanto património cultural e construção de identidade comum.

Nesse sentido, vemos que estas instituições com configurações educativas de tipologia não-formal, são fundamentais na disseminação do conhecimento e, de facto, são um complemento importante no trabalho das escolas através de uma variedade de ações culturais e educativas, realizadas em locais históricos onde foram perpetrados atos de violação de direitos humanos, mas também, de resistência, o que, por si só, já é um componente poderoso para uma experiência de aprendizagem realizada em espaços significativos para a reflexão. Como os públicos entram no espaço físico do local ou encontram objetos tangíveis que contam as histórias daqueles que experimentaram o passado, estes estabelecem uma ligação com o tema de modo diferente do que quando leem um livro ou veem um filme. Estes espaços têm uma ressonância emocional devido ao poder do local.

Para além dos programas de visitas orientadas para as escolas e o grande público, cada vez mais os museus desenvolvem e implementam metodologias específicas direcionadas para profissionais da sociedade: advogados, polícias e funcionários públicos, com o objetivo de despertá-los para e sobre o abuso do poder. Nesta linha, o Mémorial de la Shoah destaca-se pelo programa educativo que desenvolve direcionado especificamente para os polícias a exercer funções na cidade de Paris.

A vocação social e educativa desta tipologia de museus e memoriais é legítima e extremamente importante na mobilização dos jovens e da sociedade como um todo para a construção de uma cultura de paz e de tolerância. Especialmente, num mundo globalizado que vive sob o impacto de situações de racismo, como é o caso do mediático assassinato de George Floyd em 25 de maio de 2020, depois da morte de Eric Garner em 2014 e na continuação das lutas dos movimentos negros e civis nos Estados Unidos liderados por Martin Luther King Jr. e Malcolm X durante os anos 1950 e 1960. Um mundo de discriminação e intolerância, bem vincadas, no caso das caricaturas de Maomé consideradas islamofobias, publicadas pelo jornal satírico francês Charlie Hebdo, em 07 de janeiro de 2015 e que provocaram 12 mortos.<sup>148</sup>

Recentemente, a pandemia Covid-19 e, por sua vez, as muitas perguntas sem resposta evidente derivadas da infeção, disseminaram teorias da conspiração, que põem em causa a

---

<sup>148</sup> (Agência Lusa, 2023)

liberdade religiosa. A este respeito vale a pena consultar o artigo de Margarida Mota publicado no jornal expresso a 20 de março de 2021, que nos diz o seguinte:

«51 por cento da população mundial vive em países onde existe perseguição religiosa», ‘36 países enfrentam acusações de discriminação religiosa’, ‘43 países têm na origem das restrições à liberdade religiosa governos autoritários’, ‘26 países são vulneráveis a ataques por parte de redes transnacionais jihadistas», Mota (2021).

Numa outra vertente, existem redes colaborativas internacionais que procuram promover a educação, a memória e a investigação sobre o Holocausto, como a International Holocaust Remembrance Alliance (IHRA)<sup>149</sup> da qual o MNRL faz parte e a Association of Holocaust Organizations (AHO)<sup>150</sup>, entre outras.

Por fim, no que respeita aos processos de criação dos museus e memoriais, podemos inferir que são o reflexo dos contextos sociais, culturais e principalmente políticos em que se inserem e, são também, o resultado das relações das sociedades com as memórias.

As principais motivações para a preservação prendem-se com a necessidade de prestar homenagem às vítimas, com a reposição da verdade e da justiça, com a construção de uma memória coletiva e com a promoção de valores morais e de defesa dos direitos humanos. Ou seja, podemos chamar a musealização destes espaços de “museologia de apaziguamento”, porque é através dela que a memória histórica se preserva e são também colmatadas dificuldades inerentes à representação destes períodos históricos.

Neste contexto é pertinente o que nos diz Poulot (2013) sobre os museus de memória contemporâneos que «dão testemunhos das desventuras da história contemporânea e, ao mesmo tempo, de uma inovadora reflexão museológica no plano internacional [...]. O sofrimento, o luto, o esquecimento e a comemoração figuram, assim, com a representação das identidades e a mediação intercultural, nas preocupações mais complexas da museologia»<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> Mais detalhes em (*Portal Da International Holocaust Remembrance Alliance - Aliança Internacional de Memória Do Holocausto (IHRA)*, n.d.)

<sup>150</sup> Mais detalhes em (*Portal Da Associação de Organizações Do Holocausto - Association of Holocaust Organizations (AHO)*, n.d.)

<sup>151</sup> (Poulot, 2013, p. 45 e 46)

Analisados estes nove exemplos de musealização de memórias difíceis e traumáticas, salientam-se pontos de contacto entre estes processos museológicos e o MNRL:

1. os conteúdos temáticos incluem-se nas chamadas memórias difíceis;
2. alguns dos protagonistas das histórias que estão a ser contadas pelo museu ainda estão vivos e colaboram no processo de produção e recolha de conteúdos;
3. as famílias dos protagonistas colaboram com os museus e pretendem continuar viva a memória dos seus pais ou avós;
4. todos defendem a política “Never Again”;
5. são processos museológicos altamente participativos.

Terminamos este capítulo com duas propostas para o MNRL, relativamente às áreas do Acervo de História Oral e do Serviço de Educação, pela importância da memória com recurso à recolha de testemunhos orais numa história que ainda tem muito por deslindar, pela premência em recorrer ao saber destas gentes que dedicaram a sua vida ou parte dela, à luta pela liberdade e pela resistência em Portugal durante a vigência do Estado Novo, diria até máxima urgência, pela finitude das fontes envolvidas. E a segunda pela especial vocação social e educativa desta tipologia de museus que é legítima e extremamente importante para a mobilização dos jovens e da sociedade como um todo para a construção de uma cultura de liberdade, paz e tolerância.

A “Recolha de Testemunhos” é um projeto iniciado pelo MNRL em 2019, com o objetivo constituir um acervo de História oral, através da recolha de testemunhos de familiares de antigos presos da Cadeia de Peniche, com entrevistas filmadas que pretendem salvaguardar a memória dos que, por diversas razões, estiveram diretamente envolvidos na luta e resistência ao Estado Novo ou que podem contribuir, com o seu testemunho e partilha, para enriquecer o conhecimento sobre este período da história.

Neste âmbito, propomos que o projeto passe a ter uma linha de trabalho com permanente investigação, através de fontes orais e utilizando o registo audiovisual para gerar novos conteúdos que levem ao estudo, análise e compreensão do período do Estado Novo em Portugal, materializados no desenvolvimento de produtos audiovisuais com fins

museográficos, educativos e de difusão nos canais de comunicação. A criação de um Centro de Documentação Audiovisual do Museu, onde este projeto possa ser um arquivo de consulta que sirva para investigadores, académicos, estudantes e utilizadores interessados em conhecer experiências de vida relacionadas com episódios repressivos e ações de resistência.

Neste sentido, é imprescindível o alargamento da área temática do projeto para outras áreas, a saber: 1 – Mulheres na Resistência; 2 – Filhos de Clandestinos; 3 – Testemunhos da Memória e do Objeto; 4 – Série Encontro; 5 – Cem Entrevistas; 6 – Memórias em Exílio, Portugueses pelo Mundo; 7 - Diálogos – Conhecendo os Doadores;

1. “Mulheres na Resistência” é um arquivo oral que documenta histórias pessoais e coletivas, fazendo parte destas as histórias de mulheres que no plano individual ou coletivo, em contexto de prisão ou no quotidiano, resistiram pela liberdade;
2. “Filhos de clandestinos” regista o testemunho de Meninos e Meninas que enquanto filhos de clandestinos, não foram crianças. Histórias que foram marcadas pela ditadura e que viabilizam, por um lado, reavivar a memória e, por outro, chamar a atenção para a necessidade de reafirmação constante dos valores em Direitos Humanos. São histórias contadas por pessoas que um dia foram ativistas políticos e viveram um quotidiano de uma infância e adolescência modificadas radicalmente pela opção dos seus pais em resistir à ditadura;
3. “Testemunhos da memória e do objeto” ajudam a documentar os objetos da coleção do museu, na medida em que são entrevistas com testemunhos sobre os mesmos e sobre experiências de vida relacionadas com episódios repressivos e ações de resistência;
4. “A série encontro” contempla pequenos registos que documentam os casos em que os(as) visitantes se reconhecem ou encontram um amigo(a), um familiar, nos espaços do Museu, (já o assistimos presencialmente e resulta na sua comoção ao aperceberem-se que parte da sua própria história está evocada no museu);
5. “Cem entrevistas” é uma coleção audiovisual que reúne entrevistas de carácter jornalístico a cem personalidades com relações pessoais ou profissionais com os direitos humanos, a política, os meios de comunicação e as artes, que falam sobre a

sua visão da história e em especial dos acontecimentos contemporâneos mais marcantes;

6. “Memórias em Exílio, Portugueses pelo Mundo”, regista as memórias de familiares de milhares de portugueses exilados durante a ditadura, e também, de presos políticos portugueses desterrados para a Colónia Penal do Tarrafal;
7. “Os diálogos – conhecendo os nossos doadores”, regista o testemunho dos doadores do museu.

No que respeita ao Serviço de Educação, entendemos que o seu objetivo passa por contribuir para a reflexão e a formação de cidadãos críticos e pela sensibilização sobre a importância do exercício da cidadania, do aprimoramento da democracia e do respeito pelos direitos humanos. A sua função, em termos gerais, está definida na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, como uma função museológica essencial com o dever de desenvolver de forma sistemática, programas de mediação cultural e atividades educativas, que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.

O Serviço de Educação representa para o MNRL uma importante linha programática e estratégica que se desenvolve através de atividades baseadas no diálogo entre o discurso expositivo e os diferentes perfis de público, e que procura construir articulações com os equipamentos culturais, de educação e a comunidade, nacionais e internacionais.

Observamos que na primeira fase de instalação do Museu, foram realizadas atividades direcionadas para todos os público-alvo que abordaram a história da Fortaleza de Peniche e da Cadeia Política e em particular a exposição “Por teu livre pensamento” e o acervo do Museu.

Registamos as visitas guiadas ao MNRL para todos os públicos e em especial para o público escolar e também as visitas com personagens animadas (fantoques), onde são representados o antigo preso político Álvaro Cunhal e o antigo guarda Jorge Alves e é abordada a fuga da Cadeia de Peniche de 3 de janeiro de 1960, para o público infantil.

Destacamos o projeto “Conhecer o Museu e a Cidade - Roteiro da Resistência e Solidariedade” que mensalmente promove visitas orientadas ao Museu e à Cidade de Peniche na medida em que a visita percorre espaços de memória localizados na cidade de Peniche e

associados às temáticas da Solidariedade da população com os presos políticos, da Repressão fascista e da Resistência ao Regime.

Ainda de entre as atividades realizadas, as visitas joga como a “não te irrites” que para além da visita aos espaços e exposição “Por teu livre pensamento”, dão a conhecer uma peça do acervo concebida por um antigo preso político e possibilitam a sua experimentação; as saídas para as escolas de Peniche, em dias nomeados, como o Dia Universal dos Direitos da Criança, com a colaboração do antigo preso político da Cadeia de Peniche, Adelino Pereira da Silva; a participação em colóquios sobre Educação e Património realizados no MNRL; no encontro internacional “European Sites of Conscience: Helping Foster a New Generation of World Citizens” na Bélgica; a participação em aulas da Universidade Sénior de Peniche com o objetivo de dar a conhecer o projeto em curso; os vídeos coletivos como “A Fita do Tempo da Revolução de Abril” que desafiou crianças e jovens, pais e mães residentes em Peniche, ou “O Museu Numa Palavra” que no âmbito do Dia Mundial da Criança deu voz às crianças, no sentido de dizerem, numa palavra, o que é para elas o MNRL.

É uma programação de educação patrimonial abrangente, versátil e para todos os públicos-alvo, onde as visitas guiadas gerais e temáticas são um serviço de mediação para estudantes e para o público em geral. Estavam a ser realizadas até ao dia 9 de fevereiro de 2022, pelos técnicos do Museu, na exposição “Por teu livre pensamento” e a mediação baseava-se em eixos de diálogo norteados pelos temas centrais a serem trabalhados: a Liberdade, a Resistência e a história da Fortaleza de Peniche.

No que respeita a propostas para o Serviço de Educação, acreditamos que a temática das Fugas realizadas a partir do interior das prisões políticas portuguesas, com enfoque nas da Prisão de Peniche, seria do interesse geral dos públicos e em particular do público infantil e por isso sugerimos o projeto “Fugas das Prisões Políticas Portuguesas”, que assenta em diálogos conduzidos por personagens animadas, inspiradas nos presos políticos e na visita aos espaços. Os temas centrais a serem trabalhados são a Liberdade, a Resistência e os Direitos Humanos.

E de forma sumária a seguinte programação:

1. Encontros com educadores e guias de turismo: para os sensibilizar para o património do Museu.
2. Encontros de Aprofundamento Temático: como palestras, conferências para aprofundar os temas relacionados com o contexto histórico da construção da Fortaleza de Peniche e o período do Estado Novo, trazendo para a atualidade essas discussões.
3. Um Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania: que parte da premissa de que o Museu está comprometido com a mudança social, ao nível de perceções, atitudes e relações, e da perspetiva interdisciplinar e multidimensional entre direitos humanos, conhecimento e realidade, reservando ao papel dos profissionais de segurança, os polícias, dos profissionais em defender os direitos liberdades e garantias, os advogados e aos profissionais da área da educação, os professores e educadores, uma responsabilidade central nesse processo.
4. Conversas abertas que proporcionam uma experiência educativa na 1ª pessoa, de diálogo com antigos presos políticos que resistiram contra a ditadura e estiveram presos na Cadeia do Forte de Peniche.
5. Histórias contadas: que têm como objetivo promover a mediação dos conceitos e conteúdos do Museu, junto do público infantil, através de propostas lúdicas e com abordagem apropriada. Como por exemplo a adaptação de livros, acompanhada de visita à exposição permanente e complementada com jogos, desenhos etc.
6. O Museu Para Todos: que é um projeto de inclusão, consubstanciado em visitas educativas e produção de materiais de apoio pedagógico, destinados a públicos com necessidades educativas especiais (NEE) e a pessoas de diferentes idades (da primeira infância à idade maior), com perfis linguísticos e culturais diversos e com diferentes competências ou necessidades específicas.

Exemplificamos alguns dos recursos a serem criados:

- Guiões de visita em escrita pictográfica (Sistema de Símbolos Pictográficos para a Comunicação (SPC) e com opção de Tradução interlinguística;

- Língua Gestual Portuguesa, Legendagem e Audiodescrição em conteúdos audiovisuais;
- A Escrita em formatos aumentados;
- O Braille e relevo 2D½;
- O Relevo 3D
- Jogos e experiências multissensoriais
- Visitas virtuais
- O folheto “Para saber mais”, uma sugestão de visita autónoma à exposição permanente.

E por fim, uma linha de trabalho com atuação na área da Educação Ambiental, que consiste num conjunto de ações de educação e interpretação científica, adaptadas aos vários níveis escolares. Que esteja em consonância com as metas curriculares de cada ano, com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030. Considerando as características morfológicas da Fortaleza de Peniche e a sua localização sobre o Mar, devem ser trabalhados temas como as alterações climáticas e o seu impacto no mar e na própria Fortaleza – Museu, bem como na biodiversidade.

**BIBLIOGRAFIA / FONTES CONSULTADAS**

A Voz do Mar. (1977a). *Jornal A Voz Do Mar*, n.º 490.

A Voz do Mar. (1977b). *A Voz Do Mar*, 494.

Agência Lusa. (2019, April 24). Museu Nacional da Resistência e Liberdade vai ter 40 funcionários - ministra. *Diário de Notícias*. <https://bityl.co/J5qI>

Agência Lusa. (2022a, May 18). Comissão Nacional do ICOM alerta para falta de condições de alguns dos principais museus do país. *ÍPSILON*. <https://bityl.co/J5qC>

Agência Lusa. (2022b, October 19). Museu de Arte Antiga em risco de recuar mais de um século por falta de pessoal. *TSF Rádio Notícias*. <https://bityl.co/J5qD>

Agência Lusa. (2023). Jornal satírico Charlie Hebdo continua a publicar caricaturas sobre regime iraniano. *Observador*. <https://bityl.co/HNKf>

Almeida, M. B. (n.d.). *Testemunho de Mónica Brás de Almeida*. MNRL. Retrieved December 12, 2022, from <https://bityl.co/GFKr>

Ataíde, D. A., & D. JOÃO III. (1544). Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III . In *Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III a respeito do lugar em que se devia construir a fortaleza de Peniche*, AHM, 3ª div., 9ª sec., proc. A 1, fl. 13. Arquivo Histórico Militar de Lisboa.

Audigani, A. E. (2011). *Uma Ilha na Península: O Centro de Acolhimento para Refugiados de Peniche (1977-1982)* [Dissertação de mestrado, Repositório do Iscte., ISCTE IUL - Escola de Ciências Sociais e Humanas]. <http://hdl.handle.net/10071/4204>

*Biografia Prisional de Adelino Pereira da Silva*. (1963). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/130/25946. <https://bityl.co/HOAg>

*Biografia prisional de Álvaro Ribeiro Monteiro*. (1967, December 21). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/140/27940. <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4308505>

*Biografia Prisional de António Borges Coelho*. (1956). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/111/22153. <https://bityl.co/HOBt>

*Biografia Prisional de Domingos Abrantes Ferreira.* (1959). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/119/23769. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4304315>

*Biografia Prisional de Fernando José Mendes Rosas.* (1965). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/136/27142. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4307703>

*Biografia Prisional de José Jaime Ferreira Fernandes.* (1971). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/143/28565. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4309135>

*Biografia prisional de José Pedro Correia Soares.* (1971, July). Portal Web Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: , Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/143/28587.

*Biografia Prisional de José Tavares Marcelino.* (1964). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/134/26611. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4307169>

*Biografia Prisional de Luís Alberto Pais de Figueiredo.* (1972). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/145/28813. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4309386>

*Biografia Prisional de Manuel Quinteiro Gomes.* (1963). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/133/26508. <https://bityl.co/HOBg>

*Biografia Prisional de Rogério Fernando de Sousa Miranda.* (1971). Portal Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência: Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/144/28621. <https://bityl.co/HOC6>

*Biografia Prisional de Vítor Manuel Pinto Lima.* (1971). Portal Web Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo, Código de Referência:, Código de Referência: PT/TT/PIDE/E/010/143/28561. <https://bityl.co/HOAS>

Calado, M. (1983). *Sobre a Fortaleza de Peniche* (T. Penichense, Ed.; CM Peniche).

Livro nº 35, Acta nº 10/1976, 198 (1976).

Livro nº 36, Ata nº 39., fl. v. 176 (1976).

Livro nº 37, Acta nº 45/1976., fl 11v (1976).

Livro nº 38, Acta nº 23/1977., 49 (1977).

Livro nº 38, Ata nº 26., fl 72 (1977).

Ata nº 52/1982, Fl. 273 (1982).

Livro nº 108, Ata nº 50/2017, 1 (2017). [https://www.cmpeniche.pt/cmpeniche/uploads/document/file/3187/atan50\\_2017.pdf](https://www.cmpeniche.pt/cmpeniche/uploads/document/file/3187/atan50_2017.pdf)

Candeias, M. M. (2020, April 15). *Testemunho de Manuel Maria Candeias*. MNRL. <https://fbook.cc/4EKd>,

Carmona, R. (2020). *O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933*. <https://bityl.co/JAst>

Carmona, R. (2021a). *Cadeia do Forte de Peniche Pavilhão C: Evolução e transformações no espaço prisional*. <https://bityl.co/JAtB>

Carmona, R. (2021b). *Quotidiano prisional em Peniche (1934-1945)*. <https://bityl.co/JAtH>

*Circulação de Bens Culturais Móveis*. (n.d.). Portal Web Da DGPC. Retrieved November 22, 2022, from <https://bityl.co/JAtN>

Coelho, A. B. (n.d.). *Testemunho de António Borges Coelho*. MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOBn>

Decreto-Lei nº 1901, Art.º 1., 1436 (1902).

*Conta do Hospital Militar de Peniche referente ao ano de 1814 até Junho de 1815*. (1815). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/16/01/04/163. <https://bityl.co/JAtS>

*Correspondência de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o marechal-de-campo Ricardo Blunt sobre embarcações,(...)*. (1811, January 6). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/1/14/246/02. <https://bityl.co/JAtU>

*Correspondência de José Diogo da Fonseca Pereira, juiz de fora de Peniche, para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre um prédio arruinado de José Leal Moreira, sargento mor das Ordenanças de Peniche, ocupado por doentes do Hospital Militar de Peniche*. (1811, April 27). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/1/14/168/77. <https://bityl.co/JAtb>

*Correspondência entre várias entidades sobre os prisioneiros rebeldes realistas nos depósitos de Peniche,(...)*. (1827, February 13). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/1/19/213/14. <https://bityl.co/JAte>

Avará de 1721, (1721).

*Depósito de Emigrados Brasileiros de Peniche*. (1894). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/FG/5/I15. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=42174>

*Depósito de Prisioneiros Emigrados de Peniche*. (1827). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/FG/5/I08. <https://bityl.co/JAtg>

Resolução da Assembleia da República nº.24/2008.

Dias, J. A., & Bastos, M. do R. (2017). *De Ínsula a Península: O caso de Peniche (Portugal)* (Capítulo 4; pp. 70–82).

Direção-Geral do Património Cultural, & Museu Nacional Resistência e Liberdade. (2020). *História da Fortaleza - Barra Cronológica*. <https://bityl.co/JAti>

DÜrer, A. (1527). *Arcibus Castellisque Condendis ac Muniendis Rationes Aliquot ou Tratado sobre fortificação de cidades, vilas e castelos*.

*Entrevista ao antigo preso político, Adelino Pereira da Silva (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOAW>

*Entrevista ao antigo preso político, Adelino Pereira da Silva (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOAY>

*Entrevista ao antigo preso político, Álvaro Ribeiro Monteiro (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 17, 2022, from <https://bityl.co/JAtq>

*Entrevista ao antigo preso político, Álvaro Ribeiro Monteiro (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 17, 2022, from <https://bityl.co/JAts>

*Entrevista ao antigo preso político, Domingos Ferreira Abrantes (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOB7>

*Entrevista ao antigo preso político, Domingos Ferreira Abrantes (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOBA>

*Entrevista ao antigo preso político, Fernando José Mendes Rosas*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/JAtu>

- Entrevista ao antigo preso político José Pedro Soares (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 16, 2022, from <https://bityl.co/JAtw>
- Entrevista ao antigo preso político José Pedro Soares (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 16, 2022, from <https://bityl.co/JAtx>
- Entrevista ao antigo preso político, José Tavares Marcelino (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 1, 2022, from <https://bityl.co/JAtz>
- Entrevista ao antigo preso político, José Tavares Marcelino (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 1, 2022, from <https://bityl.co/JAu0>
- Entrevista ao antigo preso político Vítor Manuel Pinto Lima (episódio 1)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOAL>
- Entrevista ao antigo preso político, Vítor Manuel Pinto Lima (episódio 2)*. (n.d.). Portal Web Do MNRL. Retrieved December 15, 2022, from <https://bityl.co/HOAO>
- Espiney, M. L. C. A. D. (n.d.). *Testemunho de Maria Luísa Correia Azevedo D'Espiney*. MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>
- Fernandes, J. J. F. (2019, December 9). *Testemunho escrito do antigo preso político, José Jaime Ferreira Fernandes*. Portal Web Do MNRL. <https://bityl.co/JAu6>
- Gazeta de Lisboa nº24 de 15 de Junho de 1758, publicando a nomeação de oficiais militares feita por decretos de Sua Magestade de 31 de Maio de 1758: (...)*. (1758). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/12/02/69. <https://bityl.co/JAu8>
- Gomes, M. E. V. (n.d.). *Testemunho de Maria Eugénia Varela Gomes*. MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>
- Gomes, M. Q. (2019, September 30). *Testemunho de Manuel Quinteiro Gomes*. <https://bityl.co/JAuB>
- ICOM-CIDOC. (2014). *Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comité Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM)* (Trad.). <https://bityl.co/GK55>
- Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de aquisição*. (n.d.). Portal Web Da DGPC. Retrieved November 22, 2022, from <https://bityl.co/JAuC>
- Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de doação*. (n.d.). Portal Web Da DGPC. Retrieved November 5, 2022, from <https://bityl.co/JAuD>

- Incorporação de Bens Culturais Móveis - Formulário de legado.* (n.d.). Portal Web Da DGPC. Retrieved November 5, 2022, from <https://bityl.co/JAuH>
- Jorge, J. D. C. (2003). A matéria do património. In F. M. de Ferro (Ed.), *A Matéria do Património - Memórias e Identidades* (Colibri, p. 11). DepANT-ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3717/1/Ramos%20-%20Coord%20-%20Materia%20do%20Patrimonio%201%202004.pdf>
- Livro de matrícula do Depósito de Emigrados Espanhóis de Peniche.* (1883, August 15). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/17/02/13/20. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=152426&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Lopes, R. S., & Lopes, J. A. S. (n.d.). *Testemunhos de Mário Rui Sena Lopes e José António Sena Lopes.* MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>
- Lúis, A. (2021, August 26). *Testemunho de Amélia Luís.* MNRL. <https://fbook.cc/4EKd>,
- Machado, M. (n.d.). *Testemunho de Margarida Machado.* MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>
- Marchi, D. D. M., & Castro, J. B. (2022). *Memórias em tempos difíceis* (Casalettras). PPGMP/UFPe. [www.casalettras.com](http://www.casalettras.com)
- Matos, A. (2013). *SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses* [Tese de Doutoramento em Museologia, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.]. [https://www.researchgate.net/publication/272469028\\_SPECTRUM\\_uma\\_norma\\_de\\_gestao\\_de\\_colecoes\\_para\\_os\\_museus\\_portugueses](https://www.researchgate.net/publication/272469028_SPECTRUM_uma_norma_de_gestao_de_colecoes_para_os_museus_portugueses)
- Matos, J. B. (2018). *Três tempos, apresentação de projeto de arquitetura.*
- MDA - Museum Documentation Association - MDA (ferramentas de trabalho).* (n.d.). MDA. Retrieved December 16, 2022, from <https://ggle.io/5aW6>
- MDA, norma SPECTRUM standard.* (n.d.). MDA. Retrieved December 12, 2022, from <http://www.mda.org.uk/spectrum.htm>
- Decreto Normativo n.º 3/2006, 606 (2006). <https://files.dre.pt/1s/2006/01/018b00/06030608.pdf>
- Decreto-Lei n.º 28:536., 589 (1938). <https://files.dre.pt/1s/1938/03/06600/05860587.pdf>
- Despacho n.º 998/2018., 3269 (2018). <https://bityl.co/J5hU>

- Despacho n.º 9667/2018, 27678 (2018). <https://bitly.co/J5iA>
- Decreto-Lei n.º 35-046 - Cria a PIDE, (1945). <https://files.dre.pt/1s/1945/10/23400/08570859.pdf>
- Miranda, E., & Miranda, S. (n.d.). *Testemunhos de Eulália Miranda e Silvina Miranda*. MNRL. Retrieved December 12, 2022, from <https://bitly.co/GKbN>
- Miranda, R. F. de S. (2019, September 18). *Testemunho de Rogério Fernando de Sousa Miranda*. <https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/testemunhos/rogerio-sousa-miranda/>
- Moutinho, M. C. (1994). A Construção do objecto museológico. In *Cadernos de sociomuseologia* (Vol. 4, n.º 4, pp. 7–59). Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Moutinho, M. C. (2000). Autonomia, Ritmo e criatividade na museologia contemporânea. Textos para a comunicação dos encontros. *Encontros “Linguagem, Tecnologias e Processos Museológicos” Na Universidade de São Paulo.*, 10.
- Oliveira, C. (2020). *A defesa da região de Peniche entre a época medieval e a idade moderna*. <https://bitly.co/Gdl6>
- Pedro, A. (n.d.). *Testemunho de Ana Pedro*. MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bitly.co/GKbN>
- Peixoto, L. C. (2003). *Peniche Bilhetes Postais Ilustrados* (L. C. PEIXOTO, Ed.).
- Peniche - Internados Alemães; Falecimentos; Residentes*. (1917). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/1/35/0427/04.
- Pereira, F. A. B., & Albino, T. P. (2017). *Programa Museológico*. <https://bitly.co/J5pT>
- Pimentel, I. F. (2011). *A História da PIDE* (Temas e Debates). ISBN: 9789727599561.
- Polónia, A., Pereira, G. M., Bruno, M., & Soeiro, T. (2018). *Contributos do CITEM no âmbito da CICAM*. <https://bitly.co/J5q1>
- Portal da Associação de Organizações do Holocausto - Association of Holocaust Organizations (AHO)*. (n.d.). Retrieved February 27, 2022, from <http://www.ahoinfo.org/>
- Portal da Fundação Topografia do Terror*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://bitly.co/GXPi>

*Portal da International Holocaust Remembrance Alliance - Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA)*. (n.d.). Retrieved February 27, 2022, from <http://www.holocaustremembrance.com>

*Portal do Hollandsche Schouwburg*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://bitly.co/GXPF>

*Portal do Memorial da Resistência de São Paulo*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <http://memorialdaresistenciasp.org.br/>

*Portal do Mémorial de la Shoah de Paris*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://www.memorialdelashoah.org/>

*Portal do Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau, Antigo Campo de Concentração e Exterminação Nazista Alemão*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://www.auschwitz.org/en/>

*Portal do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos - Museu da Memória e dos Direitos Humanos (MMDH)*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://web.museodelamemoria.cl/>

*Portal do Museu do Aljube Resistência e Liberdade*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://bitly.co/GXPT>

*Portal do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://www.ushmm.org/ptbr>

*Portal do The Jewish Museum London*. (n.d.). Retrieved December 6, 2022, from <https://jewishmuseum.org.uk/>

Portaria de 30.12.1966, publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 71, de 24.03.1967.

Poulot, D. (2013). *Museus e museologia: Vol. Coleção Ensaio Geral* (Autêntica Editora).

Lei n.º 7/74 - Lei da Descolonização. Publicada no D.G. n.º 174 - I Série de 1974.07.27, (1974).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017., 2767 (2017). <https://bitly.co/J5om>

Lei n.º 47/2004 - Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, 5379 (2004). <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/08/195a00/53795394.pdf>

Decreto-Lei n.º 709-B/76., 2254(2) (1976). <https://files.dre.pt/1s/1976/10/23301/00020003.pdf>

- Processo de altas do hospital do Depósito de Emigrados Brasileiros de Peniche.* (1894, June 3). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/17/04/27/01. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=153508&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Processo de correspondência recebida pelo governador da praça de Peniche.* (1894, June 2). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/17/04/27/02. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=153509&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Processo individual do súbdito alemão Johannes Rhode, colocado no “Depósito de Internados Inimigos de Peniche”.* (1917, June 23). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/17/06/34/60. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=120406&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Ramos, R., & Ramos, M. (n.d.). *Testemunhos de Rui Ramos e Mabília Ramos*. MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>
- Reclusos no Forte de Peniche.* (1935, July 7). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/FO/011/1/4/334. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=42532&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Relações dos presos existentes no Depósito de Prisioneiros de Peniche.* (1827, September 28). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/1/19/258/78. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=215070&ht=Peniche&detailsType=Description>
- Relatório de um reconhecimento militar dos itinerários de Lisboa a Maфра, Torres Vedras, Ericeira e Peniche, com descrição da praça e vila de Peniche.* (1808, February 27). Portal Do Arquivo Histórico Militar, Código de Referência: PT/AHM/DIV/3/01/03/14. <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=66908&detailsType=Description>
- República Portuguesa. (2017, April 27). *Conferência de Imprensa do Conselho de Ministros*. <https://www.youtube.com/watch?v=ouiemk3uCIU>
- Ribeiro, J. A. S. (2016). *Filipe Tércio Ingegnere e Architetto em Portugal 1577 – 1597*. [Tese de mestrado em História da Arte Portuguesa]. Universidade do Porto.
- Rodrigues, M. B. (2010). *Grandes de Portugal no século XVIII. Inventários da casa de Távora, Atouguia e Aveiro (1758-1759)*. (Issue 11).

- Silva, P., Bertino, H., Leonardo, J., Alves, A. P., Abrantes, D., Rosas, F., Soares, J. P., Bernardino, M., Narciso, R., & Serra, J. B. (2018). *Guião para os conteúdos (CICAM, abril 2018)*. <https://bityl.co/J5pt>
- Silva, P., Correia, A. J., Leonardo, J., Loureiro, H., Sequeira, I., Serra, J. B., Alves, A. P., Caldeira, A., Barreira, G., & Soares, J. P. (2017). *Proposta do Grupo Consultivo Fortaleza de Peniche*. <https://bityl.co/J5pH>
- Teixeira, Pedro. (2002). *El Atlas del Rey Planeta. La descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos, de Pedro Teixeira (1634)*. (Editorial Nerea).
- The Luggage. (2022). *The Luggage*. <https://www.theluggage.pt/pt/Homepage>
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP). (2019). *Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta* (5th ed.). Papelmunde.
- Vitoriano, C. (n.d.). *Testemunho de Carlos Vitoriano*. MNRL. Retrieved December 11, 2022, from <https://bityl.co/GKbN>

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Calado, Mariano (1991). *Peniche na História e na Lenda*, 4ª ed. Peniche: Edição de autor.
- Calado, Mariano (1994). *Da Ilha de Peniche*. Peniche: edição de autor.
- Calado, Mariano (1996). *Peniche no Século XVIII (As Memórias Paroquiais)*. Peniche: Edição de autor.
- Calado, Mariano (2003). *História da Renda de Bilros de Peniche*. Peniche: Edição de autor.
- Câmara Municipal de Peniche, Pelouro da Cultura (1989). *A Cidadela do Mar ... - Roteiro do Museu-Fortaleza de Peniche*. Peniche: CMP.
- Câmara Municipal de Peniche, Guia de Visita - Museu Municipal de Peniche. Peniche: CMP.
- Câmara Municipal de Peniche (2008). *Folheto informativo Peniche – Itinerários Históricos. Percurso pela Península*. Peniche: CMP.
- Henriques, Ana Carolina Rolo dos Santos Afonso (2010). *No princípio estava o mar: Peniche: o património cultural, o turismo e o mar*. Coimbra: [s.n.], 2010

ICOM. (2007). Código de Ética do ICOM para Museus.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, <https://bit.ly.co/GKK4>

Peixoto, Luís Correia (1993). Peniche, 100 anos através da Fotografia, Peniche, s.n.

Peixoto, Luís Correia (1996). Peniche, Pormenores que testemunham o Passado. Peniche, s.n.

Peixoto, Luís Correia (1999). Casos Lembrados e Gentes. Peniche: Ed. Autor.

Semedo, A. (2005). Política de gestão de colecções, (Parte 1). Revista da Faculdade de Letras Ciência e Técnicas do Património, IV, 305-322.

Sousa, Henrique Godoy Alves (2021). Imagens e Memórias Coletivas: O Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche, Tese de Mestrado, ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Lisboa.

## **ANEXOS**

### Linha do tempo

Linha do Tempo  
 Museu Nacional Resistência e Liberdade, Fortaleza de Peniche  
 Constituição e Processo



Figura 30. Proposta de exposição virtual, *Linha do Tempo do Museu Nacional Resistência e Liberdade | constituição e processo* (descarregar a imagem: <https://lucid.app/publicSegments/view/2e44f67b-e5d9-479a-95fc-9d687e620f6d>).

## Ficha de inventário

FICHA DE INVENTÁRIO - MNRL.04.2020	
	
IMAGEM	
IDENTIFICAÇÃO	
<b>INSTITUIÇÃO / PROPRIETÁRIO</b> <b>SUPER-CATEGORIA</b> <b>CATEGORIA</b> <b>SUB-CATEGORIA</b>	Ministério da Cultura/DGPC/MNRL Artes Plásticas, Artes Decorativas Espólio Documental
<b>DENOMINAÇÃO</b>	Revista "O Século Ilustrado", número 1896 de 4-5-1974; "O povo unido jamais será vencido".
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	
<b>TÍTULO</b>	
<b>N.º DE INVENTÁRIO</b>	<a href="#">MNRL.04.2020</a>
<b>N.ºS DE INVENTÁRIO ANTERIORES</b>	
<b>ELEMENTO(S) DE CONJUNTO</b>	
DESCRIÇÃO	
<b>DESCRIÇÃO DA PEÇA</b> Revista "O Século Ilustrado", número 1896 de 4-5-1974; "O povo unido jamais será vencido"; edição de sessenta e quatro páginas, com os seguintes títulos em maiúsculas e minúsculas: capa, página 1 "O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO" e página 2 "Entre portugueses no exílio"   páginas 3 a 15 "Entre portugueses no exílio"   páginas 16 e 17 "VINHO DA NOSSA TERRA"   páginas 18-23 "25 de Abril - filme dos acontecimentos"   páginas 24-26 "Os primeiros documentos não clandestinos"   páginas 27-28 "AS SEPARATAS DE "O SÉCULO ILUSTRADO"   páginas 29-38 "Em busca dos deuses : conversa com COMLEROI-GOURHAN, por GEORGES SUFFERT"   páginas 39-40 "Horóscopos"   páginas 41-44 "Os primeiros documentos não clandestinos (cont.)"   páginas 45-50 "Jornalistas estrangeiros em Portugal : o que pensam do "25 de Abril"   páginas 51-54 "Mário Soares em terra portuguesa"   páginas 55-57 "Partido Comunista na legalidade"   página 58 Veiga Simão ao "Século Ilustrado" : "Fui condicionado"   páginas 59-62 "Entre portugueses no exílio (cont.)"   páginas 63-64 publicidade e contracapa	
REPRESENTAÇÃO	
<b>ICONOGRAFIA</b>	
MARCAS E INSCRIÇÕES	

Figura 31. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.1.

**ACHADO/RECOLHA**

**COLETORES**

**PROPRIETÁRIO ANTERIOR**

**ESPECIFICAÇÕES**

**CONTEXTO TERRITORIAL**

**LOCAL**

**CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA**

**COORDENADAS: latitude/Longitude/Altitude**

**CONTEXTO TEMPORAL**

**DATA/PERÍODO**

**SÉCULO (A)**

**JUSTIFICAÇÃO DA DATA**

**INCORPORAÇÃO**

**DATA DE INCORPORAÇÃO**

Ofício DGPC 28/01/2020

**MODO DE INCORPORAÇÃO**

Doação

**DOADOR/A**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CUSTO**

Não se aplica

**MOEDA**

**ESPECIFICAÇÕES**

**CONTACTOS**

Telémovel: XXX XXX XXX

**MORADA**

Rua:XXXXXXXXXXXXXXXXXX, Peniche

**C.C. / NIF**

XXXXXXXXXX XXXX | XXX XXX XXX

**INCORPORAÇÃO ARQUEOLÓGICA**

**ACHADO/RECOLHA**

**LUGAR**

**FREGUESIA-CONCELHO-DISTRITO-REGIÃO-PAIS**

**COORDENADAS**

**DATA ACHADO/RECOLHA**

**ACHADOR/COLETOR**

**CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO/RECOLHA**

**LOCALIZAÇÃO**

**TIPO**

Reserva

**LOCALIZAÇÃO**

**Reserva**

**DATA**

08/10/2020

**MULTIMÉDIA**

**TIPO REGISTO**

**JPG**

**RESOLUÇÃO horizontal e vertical**

**DIMENSÕES**

**NÚMERO**

**TIPO**

**LOCALIZAÇÃO**

**AUTOR**

© 2017 | Hemeroteca Municipal de Lisboa

**DATA**

Figura 32. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.2.

**OBS.** As fotografias foram descarregadas da Hemerotecadigital do Município de Lisboa  
 Link de acesso: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OSeculollustrado/OSeculollustrado.htm>

**EXPOSIÇÕES**

**TÍTULO**  
**LOCAL**  
**DATA DE INÍCIO**  
**DATA DE ENCERRAMENTO**  
**N.º DE CATÁLOGO**  
**AUTOR/CURADOR**

**DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA**

**RELAÇÕES**

**CONJUNTOS**  
**ELEMENTOS DO CONJUNTO**  
**INFORMAÇÃO ASSOCIADA**

**OBSERVAÇÕES**

Relacionado com: MNRL.03.2020; MNRL.05.2020;

**OPERAÇÃO CRIADA EM (DATA)** 08/10/2020  
**INVENTARIANTE** XXXXXXXXXXXX

**FICHA ALTERADA EM (DATA)**  
**INVENTARIANTE**

**FICHA ALTERADA EM (DATA)**  
**INVENTARIANTE**

Figura 33. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.3.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa histórico de Peniche.	10
Figura 2. Figura. "ARCARIA E VARANDA COBERTA, NA CIDADELA". Data:1908-09.	12
Figura 3. Carta Topográfica da Ilha de Peniche, em 1801	12
Figura 4. Planta da Fortaleza de Peniche em 1824.	13
Figura 5. Planta da Cidadela de Peniche. Data:1892.	14
Figura 6. 49 - Peniche - Vista d'uma pequena parte da fortaleza no sítio do arco através do qual passa o mar – Portugal. Data: 1905. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL.	15
Figura 7. 46 – Vista duma parte da Fortaleza – Peniche. Data: 31 de maio de 1926. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL..	17
Figura 8. Fortaleza, Prisão e Vila de Peniche. Data: anos 30. Fonte: DGPC – MNRL.	18
Figura 9. Prisão-Fortaleza. Data: anos 30. Fonte: ARQ. DGRSP.	18
Figura 10. O embarque da bagagem dos presos políticos, para ser conduzida para bordo do Cuanza, em Peniche. Data: 1933.11.19. Fonte: Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1369H. Fonte: ANTT.	19
Figura 11. Outro aspecto do embarque de bagagens dos presos políticos, em Peniche. Data: 1933.11.19. Fonte: Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1370H. Fonte: ANTT.	19
Figura 12. Relação dos presos que entram na Fortaleza de Peniche. Data: 1934.11.22.	19
Figura 13. Prisioneiros retiram água do respiradouro da furna, localizado no pátio cerca do Fortim Redondo ou Segredo. Data: 1935. Autor: Cansado Gonçalves.	21
Figura 14. As antigas camaratas (celas coletivas). Data: anos 30/40. Fonte: GES-PCP.	21

Figura 15. Momento de leitura. Data: ano 1935. Autor: Cansado Gonçalves. Fonte: Col. CMP.	21
Figura 16. Aula lecionada por e para presos políticos. Data: anos 30. Autor desconhecido. Fonte: Col. CMP.	21
Figura 17. INTER-CASERNA – ÓRGÃO DE CASERNA DOS PRESOS COMUNISTAS DE PENICHE. ANO 1, Nº1. Dezembro de 1935. Fonte: Código de referência:PT/PCP/JORCLA/00008/00001. Fonte: ANTT.	21
Figura 18. Prisão-Fortaleza de Peniche. Data: 1947. Fonte: Arq. da CMP.	23
Figura 19. Vista para o porto e barra de Peniche. Data: anos 50. Autor: Mário Novais.	23
Figura 20. Revelim da Fortaleza, Peniche.	24
Figura 21. Fortaleza, antiquíssima praça de guerra, cuja capela, sob a invocação de Sta. Bárbara, é digna de ver-se. Data: Anterior a 1953. Fonte: Col. Postais, Adriano Constantino, DGPC, MNRL.	24
Figura 22. Data: 26 de abril de 1974. Autor: Luís Correia Peixoto. Fonte: CMP.	26
Figura 23. Data: 26 de abril de 1974. Autor: Luís Correia Peixoto. Fonte: CMP.	26
Figura 24. Cartaz de divulgação - inauguração do Memorial aos antigos presos políticos – exposição “Por teu livre pensamento”. Data: abril de 2019. Fonte: DGPC, MNRL.	31
Figura 25. Entrada principal do MNRL. Data: março de 2022.	31
Figura 26. Dispensa da antiga cadeia. Data: anterior a março de 2019. Fonte: DGPC, MNRL.	32
Figura 27. Construção do memorial aos Antigos presos Políticos. Data: março de 2022.	32
Figura 28. Conjunto de fotografias que ilustram o início da exposição “Por teu livre pensamento”, bem como, a sua apresentação ao público. Datas: 2019, 2020 e 2022.	34
Figura 29. Cronograma com o planeamento de tarefas do estágio.	41

Figura 30. Proposta de exposição virtual, Linha do Tempo do Museu Nacional Resistência e Liberdade   constituição e processo	93
Figura 31. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.1.	94
Figura 32. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.2.	94
Figura 33. Ficha de inventário n.º MNRL.04.2020, pág.3.	96